



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

AS NOVAS FORMAS DE RACISMO
E OS VALORES SOCIAIS

Dissertação de Mestrado

Giovani Amado Rivera

JOÃO PESSOA
JULHO DE 2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

AS NOVAS FORMAS DE RACISMO E OS VALORES SOCIAIS

Giovani Amado Rivera

Prof. Dr. Leoncio Camino Rodrigues Larrain
Orientador

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau
de Mestre em Psicologia Social

JOÃO PESSOA
JULHO DE 2009

R621n

Rivera, Giovani Amado.

As novas formas de racismo e os valores sociais. Giovani Amado Rivera. – João Pessoa, 2009.
115 f.

Dissertação: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social – Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Leoncio Camino Rodrigues Larrain.

1. Racismo. 2. Valores. 3. Preconceito. I. Título.

BC/UFPB

CDU: 323.14+316.2 (043.3)

Giovani Amado Rivera

**AS NOVAS FORMAS DE RACISMO E OS VALORES
SOCIAIS**

Dissertação aprovada em ____ de _____ de 2009.

Banca Avaliadora:

Prof. Dr. Leoncio Camino Rodrigues Larrain, *Orientador*

Prof^a. Dr^a. Cleonice Camino

Prof^a. Dr^a. Elza Maria Techio

"Nous ne tenons pas les animaux pour des êtres moraux. Mais croyez-vous donc que les animaux nous tiennent pour des êtres moraux? — Un animal qui savait parler disait: "l'humanité est un préjugé dont nous autres animaux, aux moins, nous ne souffrons pas."

Nietzsche

Aos meus amigos

AGRADECIMENTOS

- Ao Prof. Dr. Leoncio Camino Rodrigues Larrain, por ter me acolhido no GPCP e ter concordado em trabalhar comigo apesar de não ter feito parte de seu grupo de pesquisa anteriormente. Por toda amizade, confiança, carinho e pelos ensinamentos que levarei para toda vida.
- À Prof^{fa}. Dr^a. Cleonice Camino, pelas importantes intervenções durante a realização deste trabalho, pelo carinho e atenção que sempre me concedeu.
- Aos professores da graduação que me ensinaram as várias faces que a psicologia possui. Em especial aos que me permitiram conhecer com mais profundidade a face da pesquisa, acreditando e depositando confiança e amizade.
- Aos demais professores do mestrado: Ana Alayde Werba Saldanha, Anísio José S. Araújo, Francisco José Batista de Albuquerque, Joseli Bastos da Costa, Júlio Rique Neto, Maria da Penha de L. Coutinho, Maria de Fátima M. Catão, Maria de Fátima P. Alberto, Mary Yale R. Neves, Nádia Maria Ribeiro Salomão, Natanael Antonio dos Santos, Sarita Brazão Vieira e Valdiney Veloso Gouveia, por sua dedicação e contribuições durante o mestrado.
- À Graça, secretária do mestrado, pela prestatividade e carinho.
- À CAPES, órgão financiador desta pesquisa.
- Aos colegas do mestrado: Ana Cristina, Ana Paula, Anne Gleide, Aurora Camboim, Carla Couto, Daniele Aparecida, Diógenes Medeiros, Flávio Lúcio, Haydêe Cassé, Josevânia Oliveira, Liliane Tubino, Lúcia Barreto, Miriane Santos, Osório Queiroga, Pollyanne Diniz, Sandra Freire, Sheyla Suzanday, Thais Augusta e Zulmira Carla, a todos vocês pois a amizade nesses dois anos foram essenciais.
- À uma amiga especial Izayana Pereira Feitosa, por tudo. Pois eu não poderia enumerar

nestas linhas toda a atenção dada, sob pena de não conseguir.

- Aos colegas do GPCP – Grupo de Pesquisa sobre Comportamento Político, por toda ajuda e, principalmente pelos momentos de descontração, compreensão e amizade, essenciais para a realização desta etapa.
- A todos os meus amigos. Em especial a Danielle Huebra pela amizade sincera e especialmente pelas correções de português deste trabalho e ao irmão e amigo Fernando por traduzir este resumo.
- À Ticiania Lopes Melo que foi fundamental antes mesmo dessa caminhada iniciar. Apoiando de uma forma tão intensa e afetuosa já na seleção. Companheira que me aconselhou em momentos difíceis, e dividiu comigo dores do começo dessa longa caminhada. Eu te amo.
- A meu pai pela educação dada ao longo da minha vida e que me moldou de forma definitiva minha personalidade. Obrigado por tudo.
- À minha querida mãe, Maria Amélia Amado Rivera, pelo amor incondicional, pela paciência, pelo carinho, pela confiança, fé, apoio e energia com que me cercou desde que vim parar nesse mundo, nunca descansando na torcida pela superação dos momentos mais difíceis da minha vida.

RESUMO

Nas sociedades modernas, os atos explícitos de discriminação racial e étnica são publicamente condenados e proibidos por lei. O preconceito racial pode ser comparado a um iceberg, cuja parte visível corresponde às manifestações claras e a parte submersa corresponde aos preconceitos não manifestos, presentes invisivelmente na cabeça dos indivíduos (Carone & Bento, 2002). As teorias psicológicas clássicas estudam o preconceito como atitude universal, que existe naturalmente nos indivíduos ou grupos e que se expressa em sentimentos e comportamentos depreciativos. Teorias recentes (Billig, 1985; Wetherell, 1996; Camino & Ismael, 2004) situam estas noções psicológicas nos conflitos reais de exclusão/inclusão social. Neste sentido, o preconceito constitui-se na vertente subjetiva dos conflitos reais de poder entre grupos e desenvolve-se como “forma de relação intergrupal onde, no quadro específico de relações assimétricas de poder, se desenvolvem no seio dos grupos dominantes, atitudes depreciativas e comportamentos hostis e discriminatórios em relação aos membros de grupos minoritários por serem membros desses grupos” (Camino & Pereira, 1999). Portanto, o racismo não é um fenômeno universal, mas uma forma de consciência social que se desenvolve em situações históricas concretas. Pesquisas realizadas mostram que os entrevistados paraibanos parecem ter clara consciência da discriminação racial que se vive no Brasil, mas não aceitam a responsabilidade por esta situação (Camino, Silva, Machado & Pereira, 2001; Camino, Silva & Machado, 2004). Constatou-se também que as pessoas avaliam muito melhor as pessoas de cor negra que as pessoas brancas, mas pensam que os brasileiros fariam o contrário. Nesta pesquisa participaram 206 estudantes universitários da rede pública e privada, com idades entre 17 e 49 anos, sendo a maioria do sexo feminino (81%), onde 52% identificaram ser de pele branca, 44,3% de pele morena e 3,5% de pele negra. Os participantes responderam ao *Questionário de Sistema de Valores*, bem como a *Escala de Rejeição à Intimidade*, *Escala de Distâncias percebidas entre os diversos grupos de cor*, a *Escala de Racismo simbólico* e a *escala de crença no mundo justo*. Os participantes avaliam que 54% dos brasileiros, 40% dos estudantes (os próprios respondentes) e 62% do mesmo grupo racial consideram o sistema de valores econômicos (lucro, riqueza e status) como sendo o mais importante para a população branca. Já para o questionário sobre o que pensam da população negra, 29% dos brasileiros, 47% dos estudantes (os próprios respondentes) e 56% da população negra, responderam que a justiça social (igualdade, liberdade, fraternidade) é o valor mais importante. Os resultados mostram que existe uma diferenciação das duas populações em relação a escolha dos valores que as identificam, tanto por elas mesmo quanto pelos brasileiros e os próprios participantes, indicando uma tendência a discriminação através de uma hierarquia de valores sociais.

Palavras-chaves: Racismo; Valores; Preconceito.

ABSTRACT

In modern societies, explicit acts of racial and ethnic discrimination are publicly condemned and prohibited by law. Racial prejudice can be compared to an iceberg whose visible part is the clear manifestations and submerged part corresponds to the prejudices not expressed, which is invisibly present in the subjects' heads (Carone & Benedict, 2002). The classical psychological theories study prejudice as an universal attitude that exists naturally in individuals or groups and is expressed through derogatory feelings and behaviors. Recent theories (Billig, 1985; Wetherell, 1996; Camino & Ismael, 2004) place these psychological concepts in actual conflicts of social exclusion/inclusion. Accordingly, prejudice turns into the subjective aspect of real conflicts of power between groups and takes place mainly inside dominant groups and may be defined as an "intergroup form of relationship where, in the specific context of asymmetric power relations, derogatory attitudes and hostile and discriminatory behaviors are developed within the dominant groups against members of minority groups for being members of such groups "(Camino & Pereira, 1999). So racism is not a universal phenomenon, but a form of social consciousness that is developed in specific historical situations. Researches show that the respondents from Paraíba seem to have clear awareness of the racial discrimination that is happening in Brazil, but do not accept to take responsibility for this situation (Camino, Silva, Pereira & Machado, 2001; Camino, Silva & Machado, 2004). It was also observed that people praised black people more than white people, but think that Brazilians would do the opposite. This research involved 206 students from public and private universities, with ages ranging from 17 to 49 years, the majority of females (81%), where 52% identified themselves as white skinned, 44.3% of brown skin and 3, 5% of black skin. Participants responded to the *Value Systems Questionnaire* as well as the *Rejection to Intimacy scale*, *Perceived distances between different groups of color scale*, *Symbolic Racism scale* and *Belief in a Just World scale*. Participants responded that 55.2% of Brazilians, 43.2% of students (the respondents themselves) and 60% of the same racial group indicated the system of economic values (profits, wealth and status) as being more important for the white population. As for the questionnaire on the thinking of the black population, 29% of Brazilians, 47% of the students (the respondents themselves) and 56% of black people replied that the social justice (equality, freedom, brotherhood) is the most important. The results show that there is a differentiation between the two populations according to the values that identify themselves, by themselves as by the Brazilians and the participants themselves, indicating a tendency of discrimination through a hierarchy of social values.

Keywords: Racism, Values, Prejudice.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	13
1. VALORES SOCIAIS.....	16
1.1. Posições Filosóficas e Sociológicas no Estudo dos Valores.....	17
1.2. O Estudo dos Valores na Psicologia.....	21
1.2.1. Valores Instrumentais e Terminais.....	21
1.2.2. Estrutura e Conteúdo dos Valores Humanos.....	24
1.2.3. Valores Materialistas e Pós-Materialistas.....	31
1.2.4. Os Valores humanos na Perspectiva Psicossociológica.....	36
2. PRECONCEITO RACIAL.....	42
2.1. O Preconceito.....	43
2.2. As Novas Formas de Preconceito.....	48
3. VALORES E RACISMO.....	53
3.1. Valores e Preconceito: Análise no nível Intra-Pessoal.....	56
3.1.1. Teoria da Personalidade Autoritária.....	56
3.1.2. Teoria do Conflito de Valores.....	57
3.2. Valores e Preconceito: Análise no nível inter-individual.....	59
3.3. Valores e Preconceito: Análise no Nível inter-grupal.....	60
3.4. Valores e Preconceito: Análise no Nível Societal.....	66
4. ESTUDO EMPÍRICO.....	69
4.1. Objetivos.....	70
4.1.1. Objetivos Específicos.....	70
4.2. Método.....	71
4.2.1. Participantes.....	71
4.2.2. Instrumentos.....	71
4.2.3. Procedimento.....	73
4.2.4. Análise dos dados.....	74
4.3. Resultados.....	74
4.3.1. Resultados da Escala de Sistema de Valores.....	75
4.3.2. Parâmetros psicométricos das Escalas de Preconceito Racial...	77
4.3.3. Distância do eu em relação ao negro, inserção universitária, crença no mundo justo, identificação com o 1º e 3º mundo.....	80

5. DISCUSSÃO.....	83
6. REFERÊNCIAS.....	89
ANEXOS.....	106
Anexo I – Questionário de Sistema de Valores (pop. negra).....	107
Anexo II – Questionário de Sistema de Valores (pop. Branca).....	109
Anexo III – Escala de Rejeição à Intimidade.....	111
Anexo IV – Escala de Distâncias Percebidas entre os Diversos Grupos de Cor.....	112
Anexo V – Escala de Racismo Simbólico.....	113
Anexo VI – Escalas de Inserção Universitária.....	114
Anexo VII – Escala de Crença no Mundo Justo.....	115
Anexo VIII – Escala de Atitudes Favoráveis ao 1º E 3º Mundo.....	116

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as discussões em torno do racismo ganharam um lugar de destaque nas pesquisas sociais, sobretudo nas questões políticas. De fato, esta preocupação política e as pesquisas sobre o tema já datam de décadas atrás. Contudo, não tinham a visibilidade e apelo assumidos recentemente (Hofbauer, 2006).

O racismo, no século XIX e na primeira metade do século XX, possuía no mundo inteiro um aspecto flagrante e brutal. A partir da década de 1950, com o final da Segunda Guerra Mundial, com a declaração dos direitos humanos e com a luta pelos direitos civis nos EUA, desenvolveu-se progressivamente uma norma social contra comportamentos e crenças racistas tradicionais, que se traduziu em formas menos flagrantes de preconceito (Pettigrew & Meertens, 1995). Assim, embora a mudança de normas produzisse um número menor de casos flagrantes de discriminação, o preconceito não foi completamente erradicado. Em vez disso, tornou-se mais sutil. Pois a medida que a norma mudava em direção a tolerância com o exogrupo, muitos indivíduos assumiam um papel de cautela, comportando-se como se não tivessem preconceitos, mas por dentro, mantendo suas ideias estereotipadas. Esse fenômeno foi denominado de **racismo moderno**. Nesse caso, o preconceito transparece de maneira sutil, indireta, porque os indivíduos aprenderam a escondê-lo para evitar o rótulo de racistas (Aronson, Wilson, & Akert, 2002). No Brasil vive-se profundamente esta contradição. Afinal, o país parece celebrar o fato de ser considerado uma nação livre de preconceitos. Porém, o outro lado da moeda mostra que as práticas sociais e culturais insistem em reproduzir hierarquias raciais.

Não se percebe, mas vem se difundindo cada vez mais a importância de identificar a maneira como as características físicas, organizadas em classificações raciais imaginadas, influenciam os padrões de relações sociais. Afinal, do ponto de vista político e moral, o

racismo não apenas torna menores aqueles que ocupam as posições inferiores nas relações existentes, mas também os exclui sistematicamente da competição por melhores oportunidades sociais. Há aqueles que, beneficiando-se social e economicamente das estruturas discriminatórias e racistas do Brasil, agem consciente e inconscientemente diminuindo os valores morais daqueles grupos discriminados, excluindo-os da competição. Numa sociedade discriminada o êxito das pessoas de grupos minoritários depende pouco de seu mérito pessoal, mas é produto de algo que independe da ação deste indivíduo, qual seja: o enquadramento de suas características físicas nas classificações sociais. Como se vê, o preconceito racial pode ser comparado a um iceberg, cuja parte visível corresponde às manifestações claras e a parte submersa corresponde aos preconceitos não manifestos, presentes invisivelmente na cabeça dos indivíduos (Carone & Bento, 2002).

Este processo de discriminação não ocorre num vácuo social e cultural, se dá num contexto social carregado de valores, crenças e ideologias. Neste sentido, os valores possuem várias funções que são consideradas relevantes para a compreensão do comportamento individual e social. Autores como Rokeach (1973) conceituam os valores como crenças que o indivíduo possui sobre as formas de comportamento ou sobre os estados finais de existência que são mais adequados em uma determinada situação. Para ele, as fontes dos valores estariam, sobretudo, nas necessidades individuais. Numa perspectiva mais sociológica, Inglehart (1977) afirma que as transformações ocorridas na economia das sociedades ocidentais pós-modernas se relacionam às modificações que ocorrem na hierarquia de valores dessas sociedades. Assim, sociedades com problemas sociais básicos, como a estabilidade econômica, priorizam os valores materialistas, enquanto que as sociedades que solucionaram esses problemas valorizam metas pós-materialistas. Nesta perspectiva também se postula uma relação entre necessidades e valores.

Nesta pesquisa, pretende-se aprofundar como estão se dando estas transformações na relação racial, ou seja, como se dá a percepção que o estudante universitário paraibano tem da população negra e branca a partir dos valores sociais, e como estas novas relações se dão na sua compreensão de sociedade, utilizando outra perspectiva que não seja apenas de uma medida exclusiva a partir do posicionamento do sujeito frente ao preconceito, mas de como ele percebe o preconceito nos outros. Isto implica na assimilação de valores da sociedade suprimindo assim a identidade grupal dos membros de grupos minoritários.

Neste trabalho apresentaremos uma breve discussão acerca dos valores sociais a partir das teorias existentes. Sagiv e Schwartz (1998) chamam a atenção para o fato de que os vários estudos realizados a respeito têm considerado um único tipo de motivação para esse tipo de contato social: a procura do contato como meio de integrar-se à sociedade. E como observam estes autores (Sagiv & Schwartz, 1995), a influência dos valores para o contato com exogrupos depende, sobretudo, do indivíduo ser um membro de um grupo dominante ou minoritário. Neste sentido, parece clara a necessidade de considerar os valores neste estudo.

1. VALORES SOCIAIS

1.1-Posições Filosóficas e Sociológicas no Estudo dos Valores

Antes do surgimento das ciências humanas os valores tinham sido tema fundamental na filosofia. Não é de estranhar que várias escolas filosóficas tenham contribuído para o estudo dos valores em Psicologia.

Garcés-Ferrer (1988) destaca primeiramente a escola do *Sociologia do valor*, na qual estão aqueles que consideram que os valores não têm consistência alguma; as coisas e os objetos tampouco são valiosos em si, mas sua valoração depende de suas relações com o sujeito que o valora. Polin (1952) é um dos representantes deste pensamento; ele admitiu que o valor é renovação incessante e criação permanente do homem e descartou qualquer fundamentação real dos valores, pois se reduzem ao subjetivo e se projetam quando a consciência busca algo futurístico. Nesta mesma escola, Ehrenfels (1988) retoma a idéia da relação entre objeto e sujeito, mas acrescenta que a importância de um valor é determinada pela intensidade do desejo do indivíduo. Assim, o valor e a desejabilidade são a mesma coisa, sendo esta considerada a base para os estudos posteriores que consideram a característica socialmente desejável nos valores. Neste sentido, não se apoia a concepção objetiva dos valores na qual dependem das preferências individuais, mas, ao contrário, são os atos de agrado ou desagrado das demais pessoas que fundamentam os valores.

Contrariamente à *Teoria Absolutista*, que define o valor como fundamento de todos os atos, sendo desejável o que é valioso, a *Teoria Subjetivista* afirma que tem valor o desejável. Observa-se que esta contribuição acerca dos valores é resgatada por Kluckhohn (1951) na Antropologia, em que se consideram os valores como concepções do desejável.

Outra escola filosófica que considerou a ideia de valor foi a *Neokantiana*. A ideia

básica consiste em considerar os valores como sendo normas *a priori* da razão, porém não correspondem ao sujeito singular mais ao sujeito transcendental, em que o respeito à norma é o único que vale. Nesta corrente filosófica os valores transcendem a história e não são realidades nem física nem psicológica. Um dos representantes desta corrente filosófica é Rickert (1945). Este entende que a pessoa humana é relativa e os valores são eternos. Ele elabora uma estrutura teórica que distingue três tipos de valores: 1) *bens do futuro* – que define um todo que não se consegue jamais; 2) *bens do presente* – que se restringe a um espaço finito, representado pela beleza e felicidade; e 3) *bens eternos* – são os valores religiosos.

Ademais, na escola *Neokantiana* são destacadas as ideias de Hugo Munsterberg, que divide os valores em duas áreas, uma compreendendo os valores *vitais* e a outra agrupando os valores *culturais*, em que ambos respondem a exigência de “identidade” que se alcança quando confluem quatro vertentes valorativas: os valores *lógicos*, *estéticos*, *éticos* e *metafísicos*. Para este autor o valor é atemporal, eternamente valioso e normativo, desta forma o sistema de valores reside na consciência moral e normativa.

Por último, destaca-se a contribuição da escola *Fenomenológica*. Tal escola contrapõe-se ao empirismo das escolas *Subjetivista* e *Neokantiana*, no sentido de que o valor não se define como uma reação subjetivista em relação a estímulos externos; nem como uma forma apriorística. Por outro lado, igual à escola *Neokantiana*, designa um caráter ideal ao valor que se capta por meio de uma intuição emocional de ordem superior: “a estimativa”. Podem-se apontar duas contribuições principais desta escola, a de Marx Scheler (1980) e a de Ortega y Gasset (1987).

Scheler contribui ao enumerar regras do preferir ou critérios da hierarquia dos valores. O primeiro critério de sua axiologia é a “duração”; uma coisa é mais estimada quanto mais duradoura é. Outro critério é a “satisfação” que produz os valores. O caráter

“absoluto ou relativo” do valor é outro ponto. A “indivisibilidade” e que sejam ou não “fundamentais” completam os cinco critérios gerais. No cerne destes critérios distingue uma tipologia dos valores, apontando que existem: 1) valores de pessoas e coisas, e 2) valores de disposição de ânimo, ação e êxito.

Por outro lado, Ortega y Gasset elaborou uma teoria em que por meio dos valores tenta valorizar a vida. Este filósofo espanhol aponta que os valores são qualidades ideais independentes do sujeito. Além de ressaltar seu caráter hierárquico, adota uma concepção polar dos valores, ao afirmar que associado a cada valor positivo está seu correspondente negativo. Ademais, ele propôs uma axiologia que agrupa os valores em: 1) *úteis*; 2) *vitais*; 3) *religiosos*; e 4) *espirituais* (compostos por valores *intelectuais*, *morais* e *estéticos*).

Observa-se que estas diversas concepções procedentes da Filosofia acerca dos valores servem para compreender algumas das formulações teóricas desenvolvidas desde a Psicologia. Com este intuito, também são apresentadas aqui algumas contribuições importantes de sociólogos aos estudos dos valores. Na Sociologia, segundo Ros (2001), muitos foram os que se dedicaram ao estudo dos valores mas só apresentaremos duas contribuições que têm tido considerável impacto nas elaborações teóricas na Psicologia, descritas a seguir.

De acordo com Ros (2006), o estudo dos valores dentro do conceito da psicologia social tem as suas raízes em 1918, na obra de William Thomas e Florian Znaniecki intitulada “The Polish Peasant”. A relevância desta obra se deve ao fato destes autores terem contribuído para o esclarecimento do conceito de atitude, bem como para os estudos acerca da relação entre atitudes e valores. Para eles o conceito de atitudes engloba as dimensões *comportamental* e *emocional*, como já haviam sido definidas anteriormente por outros autores; por outro lado, estes acrescentam o aspecto cognitivo à definição, no sentido de que as pessoas, através de um processo cognitivo, captam a situação e decidem como

devem atuar. Em relação aos valores, especificamente, destacam que, enquanto as atitudes são intra-subjetivas, os valores são intersubjetivos e permitem uma conexão entre a estrutura social e as atitudes. Thomas e Znaniecki são considerados os precursores dos estudos que relacionam os valores a metas e que são conseqüentemente, motivados. Esses autores destacam cinco motivos subjacentes aos valores: 1) *reconhecimento social*, 2) *segurança*, 3) *resposta*, 4) *competência* e 5) *novas experiências*.

A segunda contribuição importante da Sociologia é fornecida por Parsons (1976). Este trata principalmente do conceito de ação, e afirma que esta se realiza cada vez que os atores tentam alcançar metas. Parsons aponta que a pessoa se encontra motivada a atuar guiada por três critérios, a saber: *cognitivos*, *avaliativos* e *orientações valorativas*. Diferentemente de Thomas e Znaniecki, Parsons adota a concepção de Kluckhohn na qual os valores instigam o comportamento, são socialmente desejáveis e se organizam hierarquicamente. Para Parsons, os valores são o que obriga as pessoas a respeitarem as normas vigentes numa sociedade. Segundo ele, os valores possuem três aspectos: o cognitivo, o avaliativo e o de responsabilidade pessoal frente às conseqüências de suas ações tanto para a pessoa como para a sociedade. Deve-se a Parsons, ainda, a separação dos conceitos de valores das normas, haja vista os valores serem abstratos servindo apenas de reflexão para a ação, enquanto que as normas apontam o que fazer em situações específicas.

Em resumo, o que hoje é conhecido a respeito dos valores em Psicologia se fundamentou principalmente em ensaios teóricos e estudos empíricos realizados em diversas áreas das ciências humanas e sociais. São particularmente destacáveis as contribuições das décadas de 50 e 60, sobretudo as efetuadas pela Antropologia e Sociologia. Por certo, um dos modelos que teve origem neste contexto foi o de Ronald Inglehart. Este será descrito após a apresentação das abordagens que em Psicologia têm fundamentado a concepção que hoje é predominante.

1.2- O Estudo dos Valores na Psicologia

O tema dos valores esteve, por um período de tempo, obscurecido na Psicologia Social em função dos estudos sobre as atitudes, atribuições e processos grupais (Oishi, Schimmack, Diener & Suh, 1998). Segundo Lima (1997), o interesse pelo estudo dos valores dentro da Psicologia começou mesmo nas décadas de 50 e 60 do século passado, na ocasião em que se buscavam técnicas mais refinadas para mensurar as atitudes. Posteriormente, Milton Rokeach, entre os anos 60 e 70, deu uma grande contribuição, assentando as bases teóricas que colocou os valores como representação das necessidades humanas. Porém, foi nos anos 80, através das pesquisas transculturais realizadas por Geert Hofstede (1984, 1991), primeiramente, e logo por Shalom House Schwartz e seus colaboradores, que ocorreu a (re)vitalização do estudo dos valores.

Desde então, vários estudos foram realizados na tentativa de esclarecer melhor quais valores são priorizados pelos indivíduos nas diferentes culturas, estabelecendo-se assim tipologias de valores universais, que procuram resumir as prioridades axiológicas que guiam a vida das pessoas. A seguir se procura resumir alguns dos principais modelos teóricos sobre esta temática.

1.2.1- Valores Instrumentais e Terminais

Milton Rokeach figura como o teórico mais conhecido a escrever sobre os valores humanos porque além de fornecer critérios possibilitando pesquisas empíricas ao tema em sua obra clássica, *The Nature of Human Value* (1973), ele estabelece cinco pressupostos básicos para a sua teoria: (1) o número de valores que uma pessoa possui é relativamente

pequeno; (2) independentemente da cultura na qual estejam inseridas, as pessoas possuem os mesmos valores, diferenciando apenas o grau de importância atribuído a cada um deles; (3) os valores são organizados em sistemas de valores; (4) os antecedentes dos valores podem ser determinados pela cultura, pela sociedade e por suas instituições, além da própria personalidade dos indivíduos; e (5) as manifestações dos valores se dão em fenômenos considerados dignos de serem estudados e entendidos pelos cientistas sociais. A partir destes pressupostos, este autor define os valores e os sistemas de valores como segue (Rokeach, 1973, p. 5):

“Um valor é uma crença duradoura de que um modo específico ou um estado final de existência, que é pessoal ou socialmente preferível a um oposto ou contrário modo de conduta ou estado final de existência. Um sistema de valor é uma organização duradoura de crenças referentes a modos de conduta ou estados finais de existência ao longo de um contínuo de relativa importância”.

Para este autor, os valores dependeriam da cultura, da sociedade e das instituições sociais nas quais as pessoas estão inseridas; a personalidade pode igualmente moldar o conjunto de valores de uma pessoa (Jesus, 2001).

Os valores são divididos entre aqueles definidos como meios para alcançar o desejável (*valores instrumentais*) e aqueles que são o próprio desejável (*valores terminais*), referindo-se, respectivamente, aos modos de conduta e estados finais de existência, indicados no conceito acima. Os valores *instrumentais* podem ser *morais* e de *competência*. Estes últimos independem da moralidade e sua violação provoca sentimentos de vergonha ou de inadequação pessoal; já os *morais* correspondem a uma perspectiva interpessoal, provocando sentimentos de culpa quando de sua transgressão. Os valores *terminais* também apresentam duas tendências, podendo estar centrados no indivíduo (*intrapessoal*) ou na sociedade (*interpessoal*).

Para a mensuração dos valores, Rokeach desenvolve o *Rokeach Value Survey* – RVS. Esta escala é composta por 36 valores, sendo 18 terminais e 18 instrumentais, como segue:

- **Valores terminais:** *felicidade, auto-respeito, tempo livre, salvação, segurança familiar, satisfação com a tarefa realizada, uma vida confortável, amizade verdadeira, harmonia interna, maturidade, um mundo de paz, igualdade, reconhecimento social, amor maduro, segurança nacional, um mundo de beleza, liberdade e uma vida excitante.*
- **Valores instrumentais:** *valente, educado, intelectual, honrado, obediente, lógico, imaginativo, capaz, alegre, autocontrolado, capaz de perdoar, capaz de amar, responsável, independente, limpo, ambicioso, liberal e serviçal.*

A fim de proceder a seleção dos 18 valores *terminais*, Rokeach utilizou a literatura sobre valores, sua experiência pessoal e um levantamento feito com 100 pessoas de uma cidade estadunidense. Já os valores *instrumentais* foram escolhidos de uma lista de 555 traços de personalidade identificados no vocabulário psicológico. Finalmente, para chegar à lista final dos valores, foram eliminados aqueles semanticamente idênticos e mantidos os que apresentavam relevância cultural e adequação ao conceito de valor. A operacionalização de cada um dos valores se dá através de uma frase e os sujeitos são solicitados a ordená-los de acordo com o grau de importância, sendo estes respondidos numa escala ordinal.

A partir do trabalho de Rokeach, há um grande acordo na literatura sobre cinco traços na definição conceitual dos valores, são eles: 1) Um valor é uma crença; 2) que pertence a fins desejáveis ou a formas de comportamento; 3) que transcende as situações específicas; 4) que guia a seleção ou avaliação de comportamentos, pessoas e

acontecimentos; e 5) que se organiza por sua importância relativa a outros valores para formar um sistema de prioridade de valores (Ros, 2006). Como vemos, as diferenças situam-se no nível teórico onde é realizada a análise dos valores: no nível intra-individual (Rokeach, 1973); no nível inter-grupal (Inglehart, 1977); e no nível “societal” (Pereira, Lima & Camino 2001).

A ausência de referência à natureza humana, o fato de o pesquisador não ter certeza se o sujeito considera todos os valores ou apenas alguns deles ao responder seu instrumento, e associado a isto, a questão de utilizar um modelo ordinal na medição dos valores leva a dificuldade de realizar análises estatísticas mais rigorosas. Todos estes são pontos criticados no modelo de Rokeach. Considerando tais aspectos, Shalom H. Schwartz propôs a teoria dos tipos motivacionais, procurando sanar algumas das críticas previamente indicadas (Maia, 2000). Dada sua importância na atualidade (Smith & Schwartz, 1997), este modelo teórico merecerá maior atenção a seguir.

1.2.2- Estrutura e Conteúdo dos Valores Humanos

Schwartz e seus colaboradores procuraram definir uma *Tipologia da Estrutura e do Conteúdo dos Valores Humanos* que tenha como característica principal a universalidade, pretendendo que tenha validade tanto intra como inter-cultural. Para este fim, o instrumento idealizado por Schwartz foi aplicado a 88 amostras em 44 países e os resultados, aproximadamente, apresentaram a mesma estrutura, demonstrando que se reconhece o conteúdo dos valores específicos e que estes obedecem a uma estrutura determinada, segundo sua teoria (Tamayo & Schwartz, 1993).

Schwartz e Bilsky (1987, 1990) apresentam os valores como sendo concepções do desejável que influenciam a maneira como as pessoas selecionam ações e avaliam eventos.

Estes autores incorporam os elementos sobre os valores que são consensuais nas teorias de Kluckhohn (1951) e de Rokeach (1981), quais sejam: (1) a ideia de que estes são conceitos ou crenças; (2) que são estados finais ou comportamentos desejáveis; (3) transcendem às situações específicas; (4) guiam a seleção ou a avaliação de comportamentos ou eventos; e (5) são ordenados conforme sua importância relativa.

Mesmo adotando estas características acerca dos valores, Schwartz reelabora alguns aspectos destas. Por exemplo, considera que não está claro o conteúdo que possuem os valores, motivo pelo qual sente falta de uma teoria que defina tais conteúdos (Andrade, 2001). Sua teoria distingue três fontes principais dos valores, consideradas como requerimentos humanos universais, a saber: 1) as necessidades humanas (organismo biológico), 2) os motivos sociais (interação) e 3) as demandas institucionais (bem-estar e sobrevivência dos grupos). Neste sentido, propõe uma relevância maior para a tomada dos valores como *objetivos* ou *metas*, em que seu conteúdo seria distinguido pelos tipos motivacionais que eles expressariam. Desta forma, algumas outras características dos valores se sobressaem: (a) servem a interesses de alguma entidade social; (b) podem motivar a ação dando-lhe direção e intensidade emocional; (c) funcionam como padrões para julgar e justificar as ações; e (d) são adquiridos tanto pela socialização do grupo dominante como pelas experiências singulares dos indivíduos.

Estas considerações levaram Schwartz a desenvolver uma teoria que demonstrasse o conteúdo e a estrutura básica dos valores humanos, de maneira que se propõe especificar teoricamente os seguintes aspectos: 1) as dimensões conceituais que seriam necessárias para definir os valores humanos; 2) os diferentes domínios de conteúdos dos valores que seriam distinguidos por pessoas de todas as culturas e os exemplos de valores típicos de cada domínio, assim como 3) algumas das relações estruturais entre os diferentes domínios de valores (Andrade, 2001).

Schwartz e Bilsky (1987) derivaram da literatura, principalmente da lista dos 36 valores de Rokeach (1973), os valores de sua tipologia e os domínios motivacionais a partir do seu significado e das necessidades individuais, interacionais e institucionais. A princípio, compuseram sete domínios motivacionais que, mais tarde, após estudos empíricos, consolidaram-se em dez grupos de valores. Cada tipo motivacional é definido por seus objetivos ou metas centrais, seguidos pelos valores específicos que fundamentalmente os representam (ver Quadro 1). Conforme explicam estes autores, um valor específico representa um tipo de valor se as pessoas, ao agirem, pretenderem atingir determinado objetivo central, de maneira que seu comportamento estará exprimindo este valor.

Quadro 1: Tipos motivacionais, Metas e Valores específicos.

Tipos motivacionais	Metas	Valores específicos
Poder	Status social e prestígio, controle ou domínio sobre as pessoas e sobre os recursos.	<i>Poder social, autoridade, riqueza.</i>
Realização	Sucesso pessoal pela demonstração de competência segundo os padrões sociais.	<i>Bem sucedido, capaz, ambicioso, influente.</i>
Hedonismo	Gratificação sensual e prazer para si mesmo.	<i>Prazer, apreciar a vida.</i>
Estimulação	Excitação, novidade e desafio na vida.	<i>Ousadia, vida variada, vida excitante.</i>
Auto-direção	Independência de pensamento e de ação, criando, explorando.	<i>Criatividade, liberdade, independência, curiosidade, escolhendo seus próprios objetivos, inteligente.</i>
Universalismo	Compreensão, estima, tolerância e proteção para com o bem-estar de todas as pessoas e da natureza.	<i>Mente aberta, justiça social, igualdade, um mundo em paz, um mundo de beleza, protegendo o meio ambiente.</i>

Benevolência	Preservação e aumento do bem-estar das pessoas com quem se tem contato pessoal freqüente.	<i>Prestativo, honesto, que perdoa, leal, responsável e verdadeiramente amigo.</i>
Tradição	Respeito, compromisso e aceitação dos costumes e das idéias que a tradição cultural ou a religião fornecem.	<i>Humilde, aceito minha porção na vida, devoto, respeito às tradições.</i>
Conformismo	Contêm as ações, inclinações e impulsos que possam fazer mal ou causar sofrimento aos outros ou que violem as expectativas ou normas sociais.	<i>Polidez, auto-disciplina, honrar seus pais e os mais velhos.</i>
Segurança	Segurança, harmonia e estabilidade da sociedade, dos relacionamentos ou da própria pessoa.	<i>Segurança da família, segurança nacional, moderação, proteção da imagem pública.</i>

De acordo com a teoria de Schwartz, os valores encontrados em qualquer cultura deveriam ser passíveis de serem virtualmente classificados em algum destes dez tipos motivacionais. No entanto, o próprio autor encontrou uma possível exceção: um grupo de valores denominados de *espirituais*. Ademais, segundo Schwartz e Bilsky (1987), a tipologia dos valores permite que novos valores singulares possam ser acrescentados.

Outro ponto importante na teoria de Schwartz diz respeito às relações dinâmicas entre os próprios tipos motivacionais de valores. Schwartz (1992) esclarece que, quando se age tomando um dos valores como objetivo, as conseqüências práticas, psicológicas ou sociais podem ser conflitantes ou compatíveis com um outro valor que se persiga. Baseando-se nesta ideia, este autor propôs uma estrutura complexa que padroniza as relações de conflito e compatibilidade entre os valores. Esta estrutura é circular, tal como representada na Figura 1 a seguir. Nela, os valores que são conflitantes se situam em direções opostas a partir do centro da figura, e aqueles que são compatíveis situam-se ao lado um do outro ao longo do círculo.

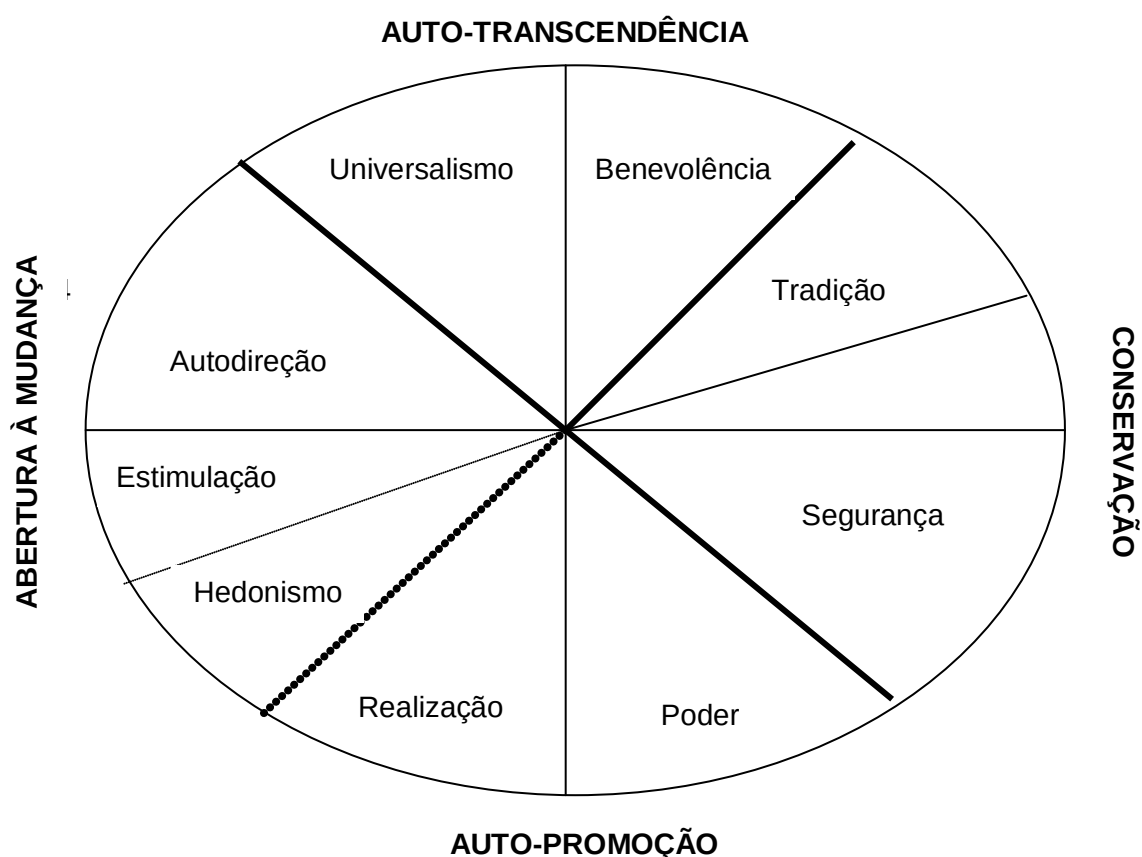


Figura 1- Estrutura Bidimensional dos Tipos Motivacionais (adaptado de Schwartz, 1992, p. 14).

Esta estrutura apresenta ainda duas dimensões bipolares básicas. Cada pólo constitui um tipo de valor de ordem superior que combina dois ou mais dos dez tipos motivacionais. Uma das dimensões põe em oposição a **Abertura à Mudança** (*Autodireção* e *Estimulação*) à **Conservação** (*Conformidade*, *Tradição* e *Segurança*); a outra opõe a **Auto-Transcendência** (*Universalismo* e *Benevolência*) à **Auto-Promoção** (*Realização* e *Poder*). Cabe destacar que o *Hedonismo* está relacionado tanto com a **Abertura à Mudança** como com a **Auto-Promoção** (Schwartz, 2001).

Esta tipologia tem sido testada empiricamente através de uma análise multidimensional, verificando-se quão bem os domínios motivacionais, seus conteúdos,

seus valores típicos e sua estrutura de relações representam o uso que as pessoas fazem dos valores. Mais precisamente, Schwartz utiliza a *Smallest Space Analysis* (SSA) para distinguir a extensão pela qual as diferenças apontadas pela teoria correspondem às que as pessoas fazem em diferentes sociedades ao avaliarem a importância relativa de seus valores (ver Schwartz, 1994). Este procedimento, além de querer demonstrar a universalidade desta tipologia da estrutura e do conteúdo dos valores, pretende identificar, interpretar e prever o impacto dos valores (como variável independente) sobre as atitudes e o comportamento, através de índices de importância dos domínios de valores, além dos efeitos de diferentes variáveis sociais e estruturais (econômicas, políticas, religiosas, étnicas e familiares) sobre os valores como variáveis dependentes, pelo uso de domínios ao invés de valores únicos e específicos (Schwartz & Bilsky, 1987).

Para completar a caracterização da teoria dos valores apresentada por Schwartz, não se pode deixar de enfatizar o fato de que este autor considera que os valores, enquanto metas, procuram atender a interesses específicos, quais sejam: *interesses individualistas* (por exemplo, *prazer, independência*), *interesses coletivistas* (por exemplo, *igualdade, responsabilidade*) ou *interesses mistos* (por exemplo, *sabedoria, um mundo de beleza*) (Schwartz, 1990; Schwartz & Bilsky, 1990). Estas são dimensões relevantes para a diferenciação de valores tanto no nível de análise social como individual. Neste sentido, a importância dada aos valores é influenciada sistematicamente pelo interesse ao qual servem. No Quadro 2 se apresenta um resumo deste aspecto da teoria.

Quadro 2: Interesses a que cumprem os Tipos Motivacionais.

Interesse	Dimensão de Ordem Superior	Tipo Motivacional
Individualista	Abertura à mudança	Autodireção, Estimulação,
	Auto-Promoção	Hedonismo, Poder, Êxito
Coletivista	Conservação	Conformidade, Tradição
	Auto-Transcendência	Benevolência
Misto	Conservação	Segurança.
	Auto-Transcendência	Universalismo

Andrade (2001) aponta que Schwartz e Bilsky baseiam-se nas conclusões de Hofstede de que os membros de uma sociedade variam substancialmente na ênfase que dão ao individualismo e ao coletivismo, e isto afetaria a avaliação que o indivíduo faz sobre a qual interesse determinado valor estaria servindo. A classificação dos valores em individualistas, coletivistas e mistos não é unânime na literatura, embora haja uma certa convergência.

A teoria de Schwartz e colaboradores teve larga repercussão no mundo acadêmico e é hoje em dia alvo de muitas pesquisas dentro da Psicologia Social. Entretanto, alguns autores tecem críticas aos fundamentos e postulados teóricos da sua proposta. Por exemplo, Molpeceres (1994) descreve que

“em ocasiões, tem-se a impressão de que não há, subjacente à proposta de Schwartz, uma concepção elaborada do homem como ser social, senão uma hábil revisão da literatura psicológica e sociológica. Neste sentido, pois, não é uma teoria em si, mas uma plataforma útil para a elaboração teórica [...]” (p. 76).

Também se pode observar que, tal como Rokeach, Schwartz não possui uma teoria para elaborar sua lista de valores. Não obstante, é mais criterioso ao identificar os tipos motivacionais e procurar definir seu conteúdo. Mesmo considerando o avanço que esta teoria supõe neste campo de estudo, diversos estudos têm questionado aspectos deles, assim não só a universalidade de sua estrutura não tem sido confirmada (Pereira, Lima & Camino,

2001), como estudos mostram que não necessariamente as relações entre os valores sejam de conflitos, mas sim de compatibilidade (Pereira & Camino, 2003; Pereira, Camino & Costa, 2005a). Pois, partindo de uma concepção de valores definidos como construtos sociais, e não oriundos de uma hierarquia de necessidades, há a possibilidade de se afirmar que, por serem compartilhados de forma ampla por um determinado grupo social, podem ser diferentes na sua estrutura, mas, num certo sentido todos são, de alguma maneira, valorizados. Dependendo do contexto, uns podem ser considerados melhores e outros não aplicáveis na situação. Pode-se afirmar que em geral os valores sociais são valorizados por todos da comunidade, mas o caráter mobilizador desses valores dependerá da situação.

Portanto, a separação entre valores não tem sustentação, afinal todos os valores são sociais, visto que são criados por meio das interações entre os homens (Beattie, 1980) e são vastamente compartilhados por estes (Maio & Olson, 1998).

1.2.3 - Valores Materialista e Pós-materialistas

Inglehart (1977, 1991) entende que os valores não são apenas úteis para estudar as condutas dos indivíduos, mas são também bons indicadores do nível de vida de uma população, além de sua eficácia para conhecer os estilos e hábitos de uma sociedade e/ou cultura. Neste sentido, as evoluções econômicas ocorridas na história seriam acompanhadas pelo desenvolvimento de valores caracterizados pelas primazias sociais. Assim, a passagem da sociedade feudal ao capitalismo moderno seria acompanhada por mudanças nos valores que teriam dominado a sociedade nas suas diferentes fases econômicas e políticas. No seu percurso histórico, as sociedades, inicialmente dominadas por valores religiosos, teriam passado para o domínio dos valores materialistas e, atualmente, para o domínio dos valores

pós-materialistas (Pereira, 2000). Referindo-se ao mundo moderno Inglehart propõe uma teoria sobre os valores fundamentada na ideia de *escassez e socialização*. A partir da teoria da hierarquia das necessidades de Maslow (1954, 1970), este autor define duas dimensões básicas do mundo moderno através das quais pretende identificar as mudanças geracionais e comparar as culturas nacionais: *materialismo* – que diz respeito à satisfação de necessidades mais básicas e de segurança, isto é, valores materiais, e *pós-materialismo* – que se origina a partir da satisfação materialista, desencadeando os valores ligados tanto a justiça social como ao desenvolvimento pessoal. De acordo com esta teoria, as mudanças econômicas, sociais e políticas das últimas décadas têm transformado a cultura dos países ocidentais industrializados: o alto nível de desenvolvimento econômico, os níveis de educação mais elevados, a expansão dos meios de comunicação de massa, dentre outros fatores, têm proporcionado o surgimento de um amplo conjunto de valores básicos relacionados à política, ao trabalho, à família, à religião, a assuntos sociais e morais e ao meio ambiente (Pettersson, 1994).

Segundo Inglehart (1991), naquelas sociedades onde não estão satisfeitas as necessidades de segurança (física ou econômica), o *materialismo* seria o padrão valorativo predominante. Contrariamente, nas sociedades mais ricas, as quais ele chama de *sociedades industriais avançadas*, seria imperativa a dimensão valorativa denominada de *pós-materialismo*.

A passagem dos valores materialistas para os pós-materialistas reflete uma extensa mudança cultural que parece estar reestruturando a sociedade contemporânea dos países ocidentais industrializados (Pettersson, 1994). Mas o surgimento dos valores pós-materialistas ocorre apenas quando os problemas econômicos e de segurança básica estão supridos. Assim, é o alto nível de desenvolvimento cultural e social que possibilita o surgimento de um novo conjunto de valores (Inglehart, 1977).

Nesta perspectiva, estas orientações valorativas estão baseadas nas mudanças de comportamentos que os indivíduos vão armazenando com suas experiências. Especificamente, a mudança de valores materialistas para os pós-materialistas tem sido fundamentada em duas hipóteses, que estão interligadas (Inglehart, 1991): a de *escassez* e a de *socialização*. A fim de entender as prioridades valorativas dos indivíduos há que se entender o processo de *socialização* por que passaram. Tal processo seria a forma dos indivíduos captarem as prioridades dos valores de sua cultura com o estado socioeconômico do qual faz parte. É, portanto, necessário atentar para o período e o contexto em que estes foram socializados, correspondendo aos anos de infância e adolescência. Complementar a este aspecto, a hipótese da escassez sugere que a escassez do ambiente socioeconômico em que vivem os indivíduos seria o que pautaria as prioridades valorativas dos indivíduos. Assim, alguém que viveu em um contexto de *escassez*, por exemplo, durante uma guerra, pode seguir dando importância à segurança física e econômica, ainda que tenha garantido a satisfação destas necessidades.

Analisando os dados obtidos em 1973 em dez países e em nove países da Europa em 1978, Inglehart (1991) encontrou o mesmo modelo ou estrutura básica materialista – pós-materialista.

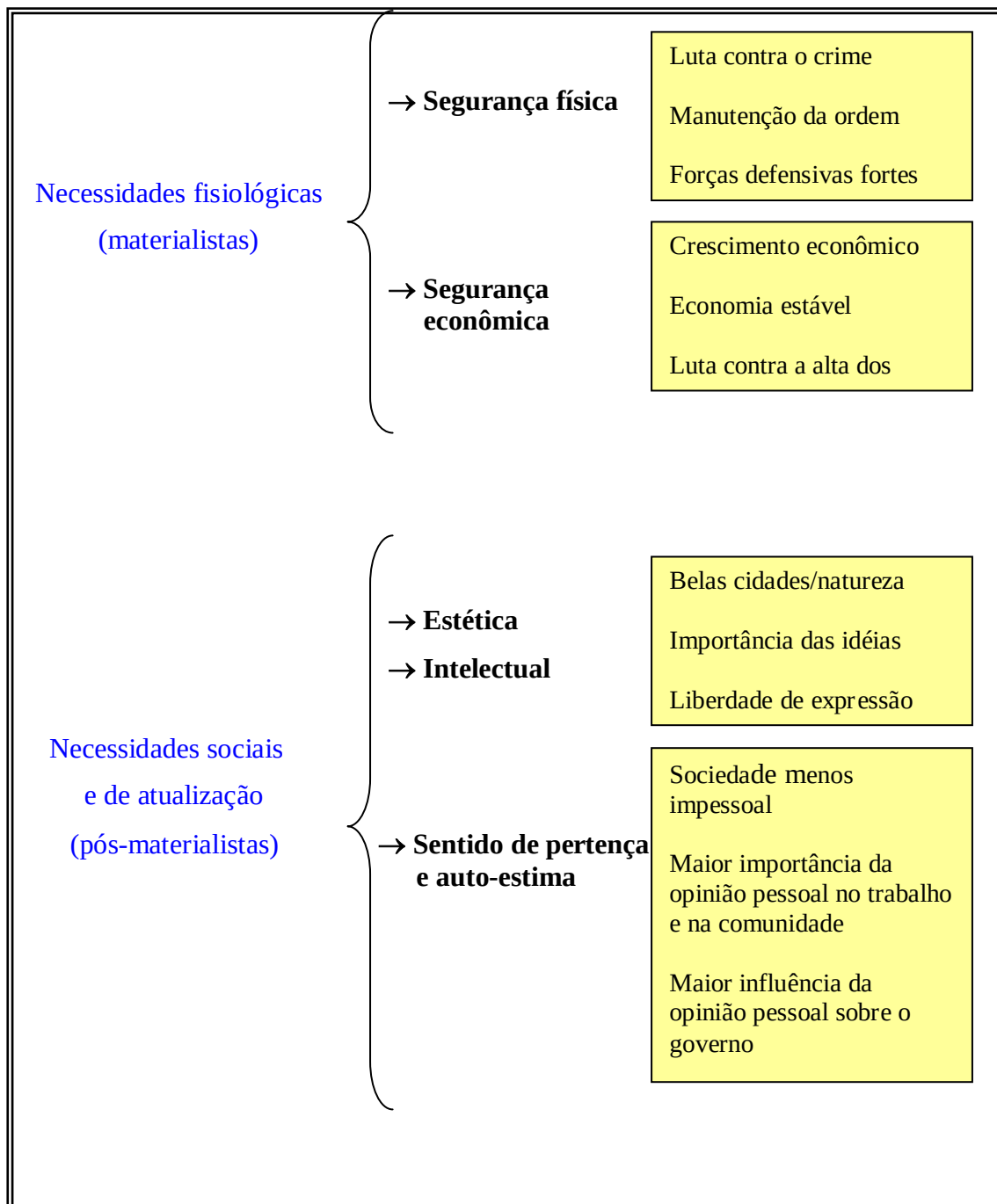


Figura 2: Indicadores dos valores materialistas e pós-materialistas e sua relação com as necessidades humanas (adaptada de Inglehart, 1991, p. 139)

A partir desses resultados, Inglehart (1991) concluiu que a estrutura dimensional proposta por ele tem por base marcos históricos distintos que geram contextos

propiciadores de diferentes necessidades e as crenças se constituem em um eixo central de polarização entre as populações, refletindo o contraste entre duas formas distintas de ver o mundo.

Como no caso de Schwartz, a estrutura opositiva proposta por Inglehart (1991) tem recebido críticas (Pereira, 2000; Pereira, Lima & Camino, 2001). Ao acreditar que os valores são produções sociais, eles precisariam de um conjunto de condições sociais para sua emergência e permanência para se integrar aos hábitos, costumes e atitudes de um grupo específico. Essas condições são as lutas ideológicas travadas pelos grupos sociais em busca do poder. Separar valores individuais e sociais não se sustenta, pois todos os valores são sociais, visto que são conseqüências de experiências de diversos grupos sociais e são formados no interior desses por meio do consenso, da pluralidade de opiniões, da comparação social e de crenças sobre a realidade social (Deschamps & Devos, 1993; Vala, 1994). Sendo assim, é mais coerente estudar os valores como socialmente desejáveis que sejam úteis para orientar os comportamentos individuais, reconhecendo que não são qualidades inseparáveis do objeto. Propondo uma abordagem teórica que não vincula os valores a necessidades ou motivações, Pereira, Camino e da Costa (2005a) acreditam que uma sociedade possa construir um repertório de valores tidos como positivos para si, mas que podem ser vistos como contraditórios na perspectiva de outra sociedade, sem que a oposição entre diferentes sistemas expresse, necessariamente, disparidades entre os valores (Lima, 1997).

Pereira e Camino (1999) verificaram, através de uma análise de valores materialistas e pós-materialistas, que o fato dos sujeitos aderirem a estes valores não implica um abandono daqueles. De acordo com Pereira (2000, p. 241), os sistemas valorativos representam “uma estrutura constituída por repertórios representacionais organizados não de maneira antagônica, mas simplesmente de forma hierárquica”. Esses pressupostos

apoiam o que se denominou de perspectiva psicossociológica dos valores, desenvolvida nos estudos de Lima (1997), Pereira (2000) e Pereira, Lima e Camino (2001).

Nesse estudo, a fonte dos valores encontra-se nas identidades ideológicas que orientam os grupos sociais (repertórios representacionais), não em necessidades individuais. Na abordagem que será utilizada, os sistemas de valores são definidos como conhecimentos socialmente estruturados a partir dos diversos conteúdos ideológicos contidos na sociedade que o indivíduo está inserido (Pereira, Camino & da Costa, 2005a).

Utilizando a perspectiva “societal”, pode-se pensar que as pessoas atribuem valores diferentes aos membros do grupo minoritário enquanto que atribuem as pessoas do grupo majoritário (em nossa sociedade as pessoas brancas) valores mais tradicionais e conservadores. Desta maneira justificam-se as diferenças sociais existentes.

1.2.4 - Os Valores a partir de uma Perspectiva Psicossociológica

Dentro de uma abordagem psicossociológica, os valores seriam concebidos como qualidades socialmente desejáveis, que compõem os repertórios representacionais que indivíduos e grupos produzem nas relações intergrupais (Billig, 1987; Deschamps & Devos 1993; Camino, 1996; Doise, 1976).

Camino (1996) enfatiza que a pertença a grupos proporciona aos indivíduos não apenas o *locus* das relações interpessoais, mas também o *locus* tanto da construção da realidade social como da formação da consciência individual. Assim, os valores não podem ser vistos como sendo constituídos a partir de experiências individuais que ocorrem separadamente e que, posteriormente, juntam-se formando padrões de valores, mas devem ser encarados como processos de construção social da realidade onde as pessoas constroem seu mundo e se constroem a si mesmos.

Na perspectiva psicossociológica, acredita-se que os processos subjetivos, de uma forma geral, desenvolvem-se como construções sociais de significados. Sendo assim, os valores são definidos como repertórios representacionais socialmente desejáveis (Lima, 1997), ou seja, padrões de escolha que advêm de elementos de conhecimento amplamente compartilhados em uma sociedade e que conferem aos indivíduos a possibilidade de entenderem e serem entendidos no contexto das relações sociais (da Costa, 2000).

Zavalloni (1980, citado por da Costa, 2000) conclui que o interesse no estudo dos valores, a partir da década de 80, passa a centrar-se nas mudanças e desenvolvimento de novos valores como fazendo parte de uma conjunção entre os processos de interação social e os processos intra-psíquicos. Tomando por base esta conclusão, da Costa afirma que os valores passam a ser considerados como repertórios de transmissão do conhecimento da realidade social, resultantes de mudanças culturais que ocorrem a partir dos processos de socialização.

Os valores são, portanto, internalizados a partir das relações sociais e manifestos através do comportamento, seja verbal ou não-verbal, dos indivíduos (da Costa, 2000), tornando-se estáveis através do consenso que se dá no interior dos grupos, a partir da comparação e reflexão de diferentes opiniões e crenças acerca da realidade social (Vala, 1994).

Neste mesmo sentido, Maio e Olson (1998) defendem, a partir dos resultados encontrados em três estudos que tiveram por objetivo fundamental analisar as razões que levam os indivíduos à mudança de valores, que os valores podem ser entendidos como truísmos culturais, ou seja, os “valores são o que se valoriza”. Esses autores usam o conceito de truísmo – verdade evidente, banalidade – como uma metáfora para tratar dos valores como crenças amplamente compartilhadas e raramente questionadas pelos grupos sociais.

Partindo da perspectiva dessa abordagem psicossociológica, uma série de estudos sobre os sistemas de valores sociais e políticos de estudantes universitários vem se desenvolvendo na Paraíba.

O primeiro desses estudos foi o de Torres (1992), que pesquisou a relação entre valores e atitudes políticas de 543 universitários paraibanos. Para tanto, a autora investigou o grau de importância atribuído pelos estudantes a nove valores, retirados da escala de valores de Rokeach (1973), para a construção de uma sociedade ideal. Os resultados mostraram que esses valores estavam distribuídos em dois sistemas: o democrático e o autoritário. O primeiro estava representado pelos valores igualdade, liberdade, honestidade, justiça, fraternidade e participação; e o segundo pela obediência, autoridade e religiosidade. Além disso, Torres verificou que quase metade dos estudantes atribuíram notas iguais ou superiores a nove ao sistema democrático, enquanto menos de 20% dos entrevistados deram notas iguais ou superiores a nove ao sistema autoritário, indicando uma maior importância do sistema democrático para a construção de uma sociedade ideal.

Ampliando a lista de valores proposta por Torres (1992), Lima e Camino (1995) utilizaram uma lista com dezessete valores e verificaram que os valores dos estudantes organizaram-se em cinco sistemas: bem-estar individual (formado pelos valores conforto, prazer e auto-realização), bem-estar econômico (lucro, riqueza e autoridade), religioso (temor a Deus, religiosidade e obediência), igualitário (igualdade, alegria, cooperação e fraternidade) e libertário (liberdade, justiça e participação).

Pereira *et al.* (1997), por sua vez, acrescentaram à lista de dezessete valores, mais oito valores que os próprios universitários paraibanos indicaram, em uma pesquisa piloto, como sendo importantes. Os resultados demonstraram a existência de cinco sistemas: bem-estar social (igualdade, liberdade, justiça, fraternidade, honestidade, participação e cooperação), bem-estar econômico (riqueza, lucro, status, autoridade e hierarquia), bem-

estar individual (auto-realização, conforto, alegria, amor e prazer), bem-estar profissional (realização profissional, competência, dedicação ao trabalho e responsabilidade) e religioso (temor a Deus, religiosidade, obediência e salvação da alma).

Pereira *et al.* (2001) analisaram, ainda, quais as dimensões mais amplas que estruturariam o sistema de valores. Partindo de uma articulação teórica entre a teoria dos tipos motivacionais de Schwartz (1992) e a abordagem de Inglehart (1977) sobre os valores materialistas e pós-materialistas, os autores verificaram que a estrutura dos valores dos estudantes universitários da Paraíba estava configurada em três sistemas ou dimensões fundamentais: materialista (status, riqueza, lucro, autoridade e hierarquia), religioso (religiosidade, temor a Deus e salvação da alma) e pós-materialista (igualdade, liberdade, fraternidade, ordem, participação, justiça, honestidade, prazer, conforto, auto-realização, alegria, amor, realização profissional, dedicação ao trabalho, cooperação, competência e responsabilidade).

Os resultados encontrados por Pereira *et al.* (1997, 2001) também mostraram correlações positivas entre os sistemas de valores, e não uma oposição, como proposto por outros autores (Inglehart, 1977; Rokeach, 1973; Schwartz, 1992), indicando que os valores são truísmos, como declararam Maio e Olson (1998).

Com o objetivo de obter uma validação convergente entre os instrumentos utilizados por Pereira *et al.* (2001) – Questionário de Valores Psicossociais/QVP – e Schwartz (1992), bem como de verificar se os valores dos universitários paraibanos organizar-se-iam em um sistema de valores hedonista, Pereira (2000) realizou um outro estudo. O autor acrescentou ao QVP, que antes não contemplava o sistema hedonista, valores como a sexualidade, a sensualidade e a excitação. Os resultados mostraram que, além dos instrumentos medirem a mesma estrutura e conteúdo dos valores dos estudantes universitários da Paraíba, os valores estavam agrupados em quatro sistemas, organizados em duas dimensões mais amplas: a

primeira apresentando a distinção proposta por Inglehart (1977) e Pereira *et al.* entre valores Materialistas e Pós-materialistas (que abrange valores de Bem-estar social, Bem-estar individual e do Trabalho) e a segunda constituída pela distinção entre valores Religiosos e Hedonistas.

Nesse estudo, Pereira (2000) delimitou, através de análises fatoriais confirmatórias, o número de itens utilizados para medir cada um dos sistemas englobados pelo QVP, resultando em vinte e três itens, distribuídos da forma como mostra a Figura 3.

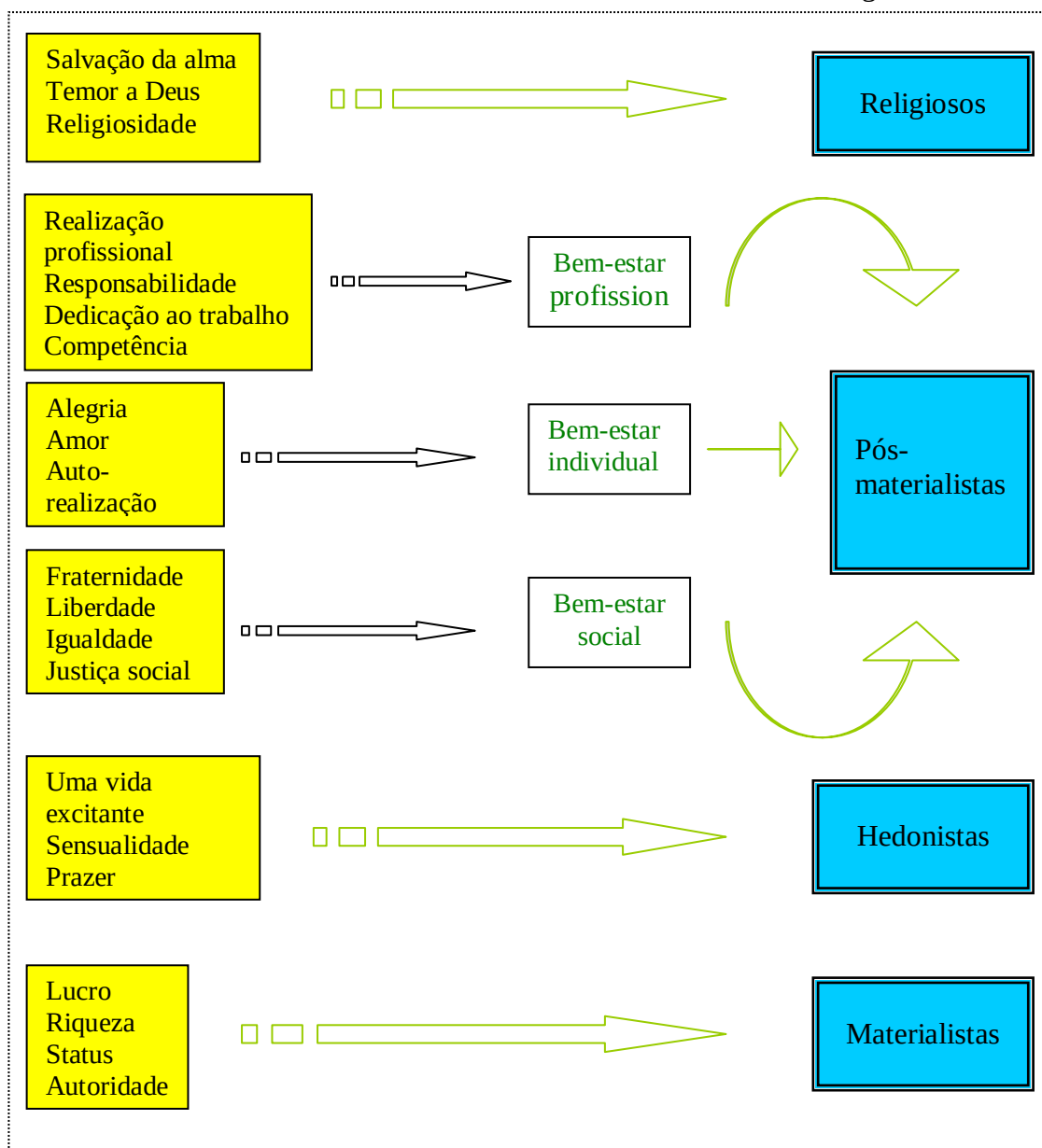


Figura 3: Itens do QVP e seus respectivos sistemas de valores

O estudo de Pereira (2000) também mostrou correlações positivas entre os sistemas de valores. Neste sentido, os sistemas de valores podem ser considerados como repertórios representacionais que não se opõem, mas que se correlacionam positivamente (Billig, 1987).

Para um maior entendimento da perspectiva psicossociológica, Torres *et al.* (2001) propõem uma análise das principais abordagens teóricas apresentadas neste estudo com base em três aspectos (natureza, fonte e procedimento metodológico de análise dos valores), conforme mostra o quadro abaixo.

Quadro 3 – Aspectos Fundamentais de Diferenciação das Abordagens
(retirado de Torres & col., 2001)

Autores	Natureza	Fonte	Procedimento Metodológico
Rokeach (1973)	Crença do indivíduo	Necessidades	Hierarquização de um conjunto de valores como “princípios guia em minha vida”
Schwartz (1992)	Concepções do indivíduo	Necessidades	Classificação dos valores como “princípios guia em minha vida”
Inglehart (1991)	Indicadores de mudanças culturais	Necessidades e Estrutura econômica	Hierarquização das metas a serem priorizadas por determinado país
Pereira e col. (2001)	Estrutura de conhecimento	Ideologia	Atribuição de notas em função da importância dada aos valores para a “construção de uma sociedade ideal”

2. PRECONCEITO RACIAL

2.1 O Preconceito

As teorias psicológicas clássicas estudaram o preconceito como atitude universal que existia naturalmente nos indivíduos ou grupos e que se expressava em sentimentos e comportamentos depreciativos. Estes estudos têm focalizado particularmente os preconceitos e os estereótipos. Allport (1954) em sua obra *“A Natureza do Preconceito”*, concebe-o como “uma antipatia baseada numa generalização errada e inflexível, que pode ser só sentida ou abertamente expressa e que pode ser dirigida a um grupo como um todo ou a um indivíduo por ser membro de tal grupo”. Nesta definição o preconceito refere-se principalmente a uma orientação ou posicionamento afetivo negativo de um indivíduo ou de um grupo, frente a outro grupo social. Deve-se observar que esta forma de antipatia não se refere ao sentimento de repulsa produzido por uma situação negativa concreta (embora os preconceitos possam ser reforçados por este tipo de situação), mas a uma antipatia constante baseada numa generalização errada e inflexível sobre um grupo social.

Neste sentido, o preconceito pressupõe, como o seu nome já indica, “pré-julgamentos” negativos sobre os membros de uma raça, religião ou qualquer outro grupo social (Jones, 1972). Estes pré-julgamentos são considerados como crenças sobre a natureza e as características de um grupo social e constituem, portanto, os aspectos cognitivos implícitos na noção de preconceito. Mas os preconceitos não são só um conjunto de sentimentos de antipatia e de crenças distorcidas e negativas sobre grupos sociais. Eles estão essencialmente relacionados a práticas e comportamentos discriminatórios frente a membros desses grupos pelo fato de pertencerem a eles (Brown, 1995).

Por outro lado, esses processos de discriminação estão se referindo à práticas objetivas de exclusão social. O preconceito e os estereótipos fariam então referência aos aspectos subjetivos desta discriminação. Historicamente, na psicologia o preconceito tem sido estudado numa perspectiva mais individual, desconsiderando sua importância no contexto sócio-histórico. Tem se dado ênfase ao estudo do indivíduo preconceituoso distanciando-se ou ignorando a relação social entre discriminador e discriminado, ponto fundamental para entender as causas de discriminação dentro dos processos mais amplos de exclusão e inclusão social. As teorias clássicas quando direcionam o estudo para o indivíduo, o fazem desconectando-o do meio, perde-se então a possibilidade de entender as novas formas que o preconceito ganha em função das diferentes dinâmicas sociais que se estabelecem.

Pois deve-se ter em conta que atitudes preconceituosas geram-se em situações concretas de discriminação. Na perspectiva psicossocial, considera-se que os preconceitos desenvolvem-se no interior dos processos de exclusão social e modificam-se junto com estes. Nesta perspectiva o preconceito se define como uma forma de relação intergrupal em que, no quadro específico das relações de poder entre grupos, se desenvolvem e se expressam atitudes negativas e depreciativas e comportamentos hostis e discriminatórios aos membros de um grupo por serem membros desse grupo (Camino & Pereira, 2002).

O preconceito faz parte de fenômenos sociais mais amplos. Ao analisar-se as formas concretas de preconceito, como o racismo, observa-se que ele faz parte de ideologias políticas mais gerais. Isto não quer dizer que o preconceito não possui sua própria dinâmica psicológica. Assim, por exemplo, quando se analisa o racismo como uma ideologia típica de culturas colonialistas, não se pretende negar, de forma alguma, seu caráter subjetivo, mas procura-se colocar em relevo a função política dessa disposição psicológica (Billig, 1991; Tajfel, 1981). Portanto, a compreensão do preconceito,

fenômeno por enquanto definido nos níveis psicológico e psicossocial, exige também uma análise em termos do funcionamento da sociedade, ou seja, no nível das relações de poder e nas explicações que se constroem em torno destas relações (Doise, 1986; Lorenzi-Cioldi & Doise, 1990).

Então, que fatores determinam o surgimento do preconceito? A psicologia social tem se debruçado em um leque grande de modelos explicativos sobre aqueles que seriam os fatores determinantes das práticas discriminatórias (Brown, 1995).

Analisando a proposta de Doise (1986) de usar diferentes níveis de análise utilizadas em cada teoria pode-se considerar que teorias como as de Allport e Adorno podem ser classificadas como teorias que se situam preferencialmente no nível intrapessoal de análise societal. Neste sentido, os estudos de Allport viam o preconceito como um tipo de defeito cognitivo (uma generalização falha e inflexível), ou uma atitude (antipatia) que podia ser sentida (emoção) ou externalizada (comportamento). São características que refletem muito bem as principais preocupações da psicologia social nas décadas de 30 a 50 (Duckitt, 1992). Nesse período, a psicologia social estava preocupada com duas grandes questões, por um lado, o forte racismo nos Estados Unidos presente em toda a sociedade que produzia teorias psicológicas que procuravam processos universais e intrapessoais que explicassem o preconceito e, por outro, as repercussões político-ideológicas que surgiam na Europa e que produziram na psicologia social teorias com grande concentração em aspectos da personalidade dos indivíduos. No primeiro nível de análise, podem ser citados dois modelos clássicos: a concepção do "bode expiatório" analisada por Dollard *et al.* (1939) e a abordagem de Adorno *et al.* (1950), centrada no estudo da Personalidade Autoritária. Neste entendimento, os estudos de Allport (1954) com forte ênfase na explicação do desenvolvimento do preconceito, nos aspectos cognitivos intraindividuais, podem ser colocados também no nível inter-pessoal, pois

sustenta que o contato interpessoal entre membros de diferentes categorias sociais pode, dentro de determinadas condições, contribuir para uma diluição do preconceito.

Observa-se também que, na definição de Allport, não se menciona que grupos sociais podem ser alvos nem sua explicação. Neste período, o preconceito era estudado como uma tendência universal inerente ao ser humano. Somente nas décadas de 60 e 70, é que o problema do preconceito na psicologia social (Duckitt, 1992) passou a ser estudado de outra forma pois era preciso entender a persistência do racismo em sociedades formalmente democráticas, como os EUA. As explicações do preconceito então deslocaram-se do eixo das diferenças individuais (fatores intrapessoais e interpessoais), para o eixo dos fatores relacionados às influências culturais, às relações intergrupais e às normas sociais.

Estas teorias estariam centradas no nível intergrupar. Dentro desta explicação do nível de análise das relações intergrupais, situam-se quatro importantes teorias: Rockeach (1960) com a percepção de diferenças de valores culturais, colocando-os como fator subjacente ao preconceito; Runciman (1966), que coloca a Privação Intergrupar como a base do preconceito; Sherif e Sherif (1969) com estudos que pressupõem a existência de um conflito real, como a base das relações preconceituosas e, finalmente, a teoria de Tajfel (1981), que relaciona a Identidade Social com o próprio grupo de pertença e à discriminação do outro grupo, evidentemente, ao preconceito.

Em nossos dias, pode-se observar que os estudos sobre o preconceito se diversificam e acompanham o desenvolvimento de duas vertentes na Psicologia Social (Alvaro & Garrido, 2003): a Psicologia Social Psicológica e a Psicologia Social Sociológica. As teorias que se desenvolvem dentro da primeira vertente estão fortemente ligadas a Teoria da Cognição Social e vão enfatizar os fatores psicológicos intraindividuais, particularmente os aspectos cognitivos conscientes ou automáticos.

Por outro lado, as teorias constituintes da vertente da Psicologia Social Sociológica, são aquelas que recolocam o preconceito nos processos sociais de exclusão e inclusão social e que procuram explicar as formas concretas de discriminação a partir dos conflitos sociais e dos embates ideológicos, que se desenvolvem em torno dos conflitos.

Na perspectiva psicossociológica afirma-se que a conservação e difusão das muitas explicações sobre os diversos eventos sociais estão ligadas aos interesses e práticas sócio-culturais de setores específicos da sociedade. Considera-se que o processo de identidade social não ocorre no vazio, mas num contexto histórico onde os diversos grupos mantêm relações concretas entre si, mediadas pela identidade social (Sandoval, 1994; 1996). Por um lado, as estruturas sócio-políticas influenciam de alguma maneira as representações que os indivíduos fazem de si mesmos e da sociedade; por outro lado, o processo de identidade social afeta não só a maneira como indivíduos e grupos percebem a organização da sociedade - sua estrutura, estabilidade e legitimidade - mas também, o modo como nela atuam, procurando modificá-la em função de seus interesses sociais (Camino, 1996).

As teorias desta perspectiva (Wetherell, 1996; Camino & Ismael, 2004) situam estas noções psicológicas nos conflitos reais de exclusão/inclusão social. Neste sentido, o preconceito constitui-se na vertente subjetiva dos conflitos reais de poder entre grupos e desenvolve-se, principalmente, no interior dos grupos dominantes podendo ser definido como “forma de relação intergrupar onde, no quadro específico de relações assimétricas de poder, se desenvolvem no seio dos grupos dominantes, atitudes depreciativas, comportamentos hostis e discriminatórios em relação aos membros de grupos minoritários por serem membros desses grupos” (Camino & Pereira, 2002). Portanto, o racismo não é um fenômeno universal, mas uma forma de consciência social que se desenvolve em situações históricas concretas.

2.2 As Novas Formas de Preconceito

Nos séculos em que ocorreu a escravidão, o racismo era expresso de maneira aberta, pois refletia as normas legais da época: os escravos eram propriedades dos donos. Com o advento dos processos de emancipação dos escravos (finais do século XVIII e início do XIX) desenvolve-se um processo confuso onde em muitas situações instala-se o apartheid legal e o implícito também. Mas após os trágicos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial mudanças históricas significativas começaram a acontecer.

A partir deste momento, as formas de expressão do racismo e do preconceito mudaram tão significativamente que se imaginava que estes fenômenos estariam em declínio. Com efeito, uma série de pesquisas, utilizando metodologias tradicionais de coleta de dados ou medidas diretas de atitudes raciais feitas em épocas diferentes, demonstrou que as atitudes contra os negros, em vários lugares do mundo, estavam mudando (Lima & Vala, 2004).

Nos EUA, os estereótipos atribuídos aos negros pelos americanos brancos tornaram-se progressivamente menos negativos. Nos anos 30, mais de 80% dos americanos brancos consideravam os negros como supersticiosos. Esta aceitação aberta do estereótipo negativo caiu para 3% nos anos 90 (Aronson, Wilson, & Akert, 2002; Lima & Vala, 2004)

Na Europa, em uma pesquisa realizada junto a amostras representativas de vários países, 70% dos europeus afirmaram que os imigrantes deveriam ter os mesmos direitos que eles (Ben Brika, Lemaire & Jackson, 1997).

No Brasil, dados comparativos dos estereótipos atribuídos aos negros, na década de 50, em amostras de estudantes universitários brancos, indicaram também um claro padrão de mudança nos estereótipos associados aos negros. Os estereótipos negativos em relação aos negros praticamente caíram em desuso. Em contrapartida, os dados indicam que os

estereótipos positivos ganharam mais poder com o tempo (Camino, da Silva, Machado & Martinez, 2000).

Esses resultados demonstram, aparentemente, que o preconceito contra grupos minoritários está em declínio na atualidade. Todavia, uma análise mais cuidadosa desses mesmos dados e de outros apresenta um quadro bem diferente. Nos EUA, por exemplo, não obstante seja verdade que alguns grupos menos privilegiados avançaram em áreas como educação, emprego, e moradia; uma análise mais aproximada revela que, em termos relativos, as desigualdades permanecem e até aumentaram em alguns aspectos (Dovidio & Gaertner, 1998; Pettigrew, 1985).

O que está ocorrendo é uma mudança nas formas de expressão e no conteúdo do preconceito. Assim, as primeiras explicações psicológicas que estudavam um racismo aberto, agressivo e freqüentemente institucionalizado, estão sendo gradualmente substituídas pela preocupação em revelar formas menos evidentes e mais difundidas de racismo, formas estas que reproduzem atitudes discriminatórias sem desafiar as normas sociais vigentes (Camino, 2006).

Estas novas expressões do preconceito recebem diversos nomes e apresentam peculiaridades próprias aos seus contextos de imersão.

Assim, temos diversas formas de racismo identificadas em diferentes países, como descritas a seguir: o racismo moderno na Austrália (McConahay & Hough, 1976; Pedersen & Walker, 1997); o racismo simbólico, (Kinder & Sears, 1981), o racismo aversivo (Gaertner & Dovidio, 1986) e o racismo ambivalente, ambos nos EUA (Katz & Hass, 1988). O racismo sutil na Europa (Pettigrew & Meertens, 1995) e o racismo cordial no Brasil (Turra & Venturi, 1995).

Neste sentido, Billig (1991) afirma que a maioria das pesquisas em psicologia social sobre o preconceito limita-se ao estudo das imagens negativas que os grupos

majoritários têm dos grupos minoritários e da distância social que desejam manter deles. Mas para entender o complexo processo da discriminação social seria necessário analisar o significado ideológico e psicológico do preconceito no contexto das ideologias modernas. Assim, ao analisar especificamente o racismo, Billig concorda com numerosos pesquisadores (McConahay, 1983; Kinder & Sears, 1981; Pettigrew & Meertens, 1995) sobre o fato de existir uma norma geral anti-preconceito tão forte que é compartilhada mesmo pelos grupos racistas mais radicais. Mas discorda de uma interpretação puramente psicológica deste fenômeno. Aspectos ideológicos devem ser considerados.

Assim, segundo Billig (1991), se a ideologia reflete a organização econômica, pode-se esperar que a mentalidade moderna inclua tanto aspirações universalistas dos primeiros movimentos liberais, quanto às aspirações particularmente nacionalistas que a concorrência capitalista foi inculcando. Por isso, na mentalidade pós-moderna coabitam aspirações moralistas de fraternidade internacional e preocupações mais realistas que só podem ser justificadas por considerações bem concretas.

Billig conclui sua análise afirmando que o triunfo de uma ideologia é o triunfo no discurso cotidiano da exigência por justificativas empíricas de seu sucesso. Isto estabelece um paradoxo: quanto mais se critica o preconceito mais os preconceitos do liberalismo são justificados. Por outro lado, poder-se-ia afirmar que no nível conceitual, o problema fundamental das abordagens sobre como o racismo é visto está na relação proposta entre os aspectos *psicológico* e *social*. Para alguns autores das abordagens do novo preconceito, as pessoas experimentariam, consciente ou inconscientemente, um conflito psicológico devido ao confronto entre suas atitudes íntimas preconceituosas e as normas sociais externas, contra o preconceito. Este conflito levaria a formas mais sutis ou camufladas de expressão do preconceito. Ao adotar esta concepção de conflito estas teorias mantêm uma dicotomia radical entre indivíduo e sociedade. Pode-se superar em parte esta dicotomia

considerando que, se os sujeitos experimentam algum conflito em certas situações e terminam expressando-se de maneira ambivalente, não o fazem porque o conflito tem sua origem em processos psicológicos do sujeito, “mas sim por que o sujeito reproduz, como próprios, os argumentos ou repertórios conflitantes que circulam na própria sociedade” (Wetherell, 1996).

A explicação em termos de conflito psicológico interno sustenta-se em boa parte na existência de processos de acomodação nas pessoas, sem entrar no debate da natureza da norma social. Aceitam-se as normas anti-racismo naturalmente, como se de fato fossem normas cujo objetivo fosse a inclusão, na sociedade, das pessoas de cor. De fato como Billig (1985) afirma, num mundo contemporâneo baseados na igualdade e na fraternidade coabitam valores de justiça social junto com valores de auto-realização pessoal e profissional baseados nos princípios meritocráticos (Inglehart, 1991; 1994; Pereira, Lima & Camino, 2001; Pereira, Camino & da Costa, 2005b). Desse modo, a frase “eu não sou preconceituoso, mas devemos reconhecer que os estrangeiros estão tirando o nosso emprego” afirma, concomitantemente, valores éticos pós-modernos e princípios meritocráticos muito concretos.

No Brasil, uma análise das características positivas atribuídas aos negros indica uma nova e sofisticada forma de preconceito, uma vez que os estereótipos positivos aplicados definem claramente papéis sociais específicos para este grupo. Recentes estudos (Camino, 2004; 2005; 2006; Camino, da Silva, Machado & Pereira, 2001; Camino, da Silva & Machado, 2004; Camino, da Silva, Machado & Mendoza, 2007) procuraram mostrar as formas que esse preconceito racial está tomando. Admite-se a existência do preconceito no Brasil, mas curiosamente a grande maioria não se considera preconceituosa. As pessoas parecem ter clara consciência da discriminação racial que se vive no país, mas não aceitam a responsabilidade por esta situação. Ou seja, os brasileiros falam bem dos

negros e mal dos brancos, mas quando perguntados sobre o que pensa o povo brasileiro, falam o contrário, mal dos negros e bem dos brancos.

De fato, parece que as pessoas se conformam à norma, mas não a internalizam. O preconceito dessas pessoas só apareceria quando pudesse ser expresso através de formas socialmente aceitas. Como, por exemplo, usar a maneira de pensar dos brasileiros. Afirmando que os brasileiros são racistas, as pessoas não só reconhecem um fato, mas criam uma dupla norma que lhes guia no seu cotidiano. Assim, observa-se com frequência que muitas pessoas afirmam que, por elas, teriam algum tipo de relação inter-racial, mas tendo em conta o preconceito dos outros, desistem de fazer tal coisa (Camino, 2006)

Estas novas expressões do preconceito recebem diversos nomes e apresentam peculiaridades próprias aos seus contextos de imersão. E é neste sentido que outros autores vão falar em retorno do racismo (Pereira, 1996). Como argumenta Essed (1991), as novas formas de preconceito referem-se a comportamentos discriminatórios da vida cotidiana das pessoas em contextos culturais específicos.

3. VALORES E RACISMO

Como vimos no Capítulo 1, não importa a perspectiva teórica utilizada, os valores seriam considerados mediadores de praticamente todos os comportamentos e atitudes sociais. E com o processo de globalização, intensificaram-se as relações sociais entre diversos grupos, culturas e etnias em escala mundial, fazendo crescer o conhecimento e o respeito aos diversos valores sociais e culturais. Mas esse processo leva a uma questão ambivalente pois, se por um lado, os grupos humanos tendem a um afrouxamento das suas fronteiras geográficas e econômicas e ao compartilhamento de valores pós-materialistas (Inglehart, 1977; 1994), por outro, tem feito emergir um significativo aumento das pressões pela manutenção de certas identidades e valores culturais e regionais particulares. Os atuais processos de globalização, em certo sentido, trazem como efeitos colaterais, fenômenos de fanatismo e discriminação contra etnias e/ou grupos minoritários (Wetherell, 1996). Observa-se igualmente, que a tolerância a valores modernos vem sendo acompanhada pelo surgimento de fanatismos religiosos de caráter fundamentalista, e de novas formas de preconceito (Brown, 1995).

Deste modo, os valores são vistos e utilizados como critérios ou modelos que guiam as ações, decisões, julgamentos, atitudes e explicações sociais (Williams, 1979; Rokeach, 1979); são considerados como tipos específicos de necessidades (Maslow, 1954); estão entre as crenças avaliativas mais importantes (Seligman & Katz, 1996; Feather, 1985) e fundamentam a base central na rede cognitiva das atitudes (Rokeach, 1968), necessidades, metas e preferências (Dose, 1997). Ademais, são vastamente compartilhados pelos grupos sociais, em que a sua legitimidade é raramente contestadas (Maio & Olson, 1998).

Estas crenças e valores sociais formam um conjunto de representações que constituem a visão das pessoas da estrutura social, ligada a sistemas ideológicos. As

representações sociais de um grupo, suas explicações baseadas no bom senso são, de uma maneira ou de outra, derivadas de teorias científicas (Moscovici, 1961) e de ideologias. Estas visões do mundo constituem os aspectos subjetivos das lutas sociais (Camino, Torres & da Costa, 1995).

É evidente que entre todas as culturas existem diferenças, mas estas diferenças não necessariamente trazem práticas discriminatórias. Que diferença cultural suscitaria práticas preconceituosas? Trata-se da diferença em valores que presumem permitir o sucesso numa sociedade capitalista e liberal. É nesta perspectiva que Jones (1972) fala de racismo cultural: na opinião dos sujeitos preconceituosos, as minorias discriminadas seriam discriminadas por características próprias; porque possuem uma cultura que não permite uma boa adaptação às exigências do sistema cultural e econômico dominante.

Como veremos posteriormente, este tipo de tendência de discriminar um grupo sustenta-se em um tipo de construção ideológica de superioridade do próprio grupo. Em outras palavras, em nossas culturas ocidentais acredita-se que existe, por um lado, uma forma ideal de homem, ocidental, branco, cristão e crente no esforço e nos valores individuais e, por outro, outras formas menores de humanidade. E na medida em que servem como guias gerais, eles devem afetar todos os comportamentos sociais. Mas é evidente que cada teoria explica em seus próprios termos a perspectiva desta relação. Portanto para analisar as diversas formas de entender esta relação entre valores e preconceito é necessário voltar a nossa análise por níveis de explicação com os cuidados e limitações já explicitadas desta forma de proceder.

3.1.- Valores e preconceito: Análise no nível intra-pessoal

3.1.1. Teoria da Personalidade autoritária

O pressuposto básico do estudo clássico de Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford (1950) sobre "A Personalidade Autoritária" afirma que o conjunto de valores sociais e políticos de um indivíduo possuem certa coerência e são expressão de tendências profundas da personalidade. Os autores aplicam esta hipótese para analisar o fascismo, ideologia que justifica a discriminação e o preconceito racial. Pressupõem que as pessoas que tendem a aceitar mais as idéias fascistas possuiriam um conjunto de características da personalidade que constituem uma síndrome específica.

É evidente que os autores pressupõem que as ideologias, possuidoras de existência independente dos sujeitos, se originam em processos sociais e culturais históricos e contextuais. O que eles afirmam é que as ideologias mobilizam os indivíduos em função de suas características dinâmicas de personalidade. Dando ênfase a estrutura dinâmica da personalidade como mediadora importante da aceitação da ideologia, os autores procuram reagir ao determinismo social da época, expresso tanto no behaviorismo como num marxismo mecanicista. Mas pretendem também entender o grande fascínio que o fascismo exercia sobre as massas apesar de se tratar de uma doutrina autoritária que, de fato, favorecia a poucos. Para os autores, este fascínio supunha a existência de desejos e temores irracionais só explicáveis a partir de uma análise da dinâmica profunda da personalidade. A relação entre valores etnocêntricos e valores anti-democráticos se daria a partir dos resíduos deixados na personalidade pela educação autoritária típica da educação familiar na Alemanha do início do século XX.

3.1.2. Teoria do conflito de valores

Como uma segunda forma de relacionar valores e preconceito no nível intra-individual, coloca-se a ideia segundo a qual o preconceito seria uma manifestação da afirmação das diferenças culturais em geral. As raízes desta concepção encontram-se em Rokeach (1960, 1968), autor que pela primeira vez enunciou o papel da percepção das diferenças culturais na justificação do etnocentrismo. Rokeach pretende eliminar o que ele denomina de influência ideológica constatada no estudo “A Personalidade Autoritária”. Essa obra, segundo Rokeach, não só se limitaria a analisar o autoritarismo de direita como chegaria a sugerir que as atitudes democráticas estariam relacionadas com a ideologia de esquerda.

Já em 1948 Rokeach tinha colocado como causa do etnocentrismo um certo estilo de relação com o meio ambiente. Num extremo deste estilo se situam as pessoas de espírito fechado (*closed mind*) que têm dificuldade para entender e aceitar valores e posições diferentes das suas. No outro extremo se colocam as pessoas abertas (*open mind*), tolerantes com práticas e valores diferentes. Estabelece-se, assim, uma relação entre dogmatismo e etnocentrismo: um grupo percebido como partilhando crenças diferentes será negativamente avaliado, sobretudo por parte de indivíduos de *espírito fechado*, ou intolerantes à incongruência de crenças. A origem do preconceito racial não estaria na percepção das diferenças raciais, mas na percepção de diferenças em valores e crenças importantes (Rokeach, Smith & Evans, 1960)

Uma versão moderada da teoria do Dogmatismo de Rokeach situa a base do preconceito na intolerância a incongruência de crenças e valores. Assim, para Campbell e colaboradores (1969), por exemplo, os membros do grupo majoritário assumiriam que a sua forma de pensar e sentir é natural e correta, percebendo a forma de pensar e sentir dos

membros de outras culturas como diferente, não natural e incorreta. Portanto, favorecem o próprio grupo, sentem-se orgulhosos dele e agem de forma hostil contra os membros de outras culturas.

Em relação à perspectiva iniciada por Rokeach um aspecto merece ser examinado: o tipo de diferença cultural que levaria à discriminação. É evidente que entre todas as culturas existem diferenças, mas estas diferenças não necessariamente trazem práticas discriminatórias. Que diferença cultural suscitaria práticas preconceituosas? Trata-se da diferença em valores que se pressupõem permitir o sucesso numa sociedade capitalista e liberal. É nesta perspectiva que Jones (1972) fala de racismo cultural: na opinião dos sujeitos preconceituosos as minorias discriminadas seriam discriminadas por características próprias; porque possuem uma cultura que não permite uma boa adaptação às exigências do sistema cultural e econômico dominante.

Como veremos posteriormente, este tipo de tendência a discriminar um grupo sustenta-se em um tipo de construção ideológica de superioridade do próprio grupo. Em outras palavras, em nossas culturas ocidentais acredita-se que existe, por um lado, uma forma ideal de homem, ocidental, branco, cristão e crente no esforço e nos valores individuais e, por outro, formas menores de humanidade.

Rokeach (1960) se fundamentou em pesquisas empíricas para poder afirmar que as percepções individuais de antagonismos de valores serviam como mediadores à desfavorabilidade das atitudes intergrupais, isto é, a discriminação intergrupar será tão maior quanto maior for a percepção da diferença entre o endogrupo e o exogrupo.

Haddock, Zanna e Esses (1994) defendem a percepção de diferenças de valores na formação de atitudes frente a um exogrupo, pois estas atitudes são construídas tanto de informação cognitiva (os estereótipos e os valores) como de informação emocional.

Rokeach (1960) sustenta que as percepções individuais de diferenças de valores medeiam a desfavorabilidade das atitudes intergrupais. Logo, quanto maior a atribuição de diferentes valores, maior a atitude negativa em face de um exogrupo.

Outras pesquisas fundamentam tais concepções, corroborando a ideia de que as orientações valorativas estão intimamente ligadas à discriminação intergrupar (Chin & McClintock, 1993; Platow, McClintock & Lebrand, 1990; Schwartz, Struch & Bilsky, 1990; Staub, 1989).

A afirmação simples de diferenças existentes nos valores culturais pode formular já uma afirmativa racista, ou seja, na acentuação de diferenças culturais subjaz uma atitude negativa frente aos negros. Os membros do grupo majoritário usam os valores e padrões culturais que os caracterizam para julgar diferentemente os grupos minoritários.

3.2 Valores e Preconceito: Análise no nível inter-individual

A teoria de Allport (1954) considera que o preconceito é uma quase consequência natural do processo que nos permite pensar sobre a realidade, o processo de categorização. A definição de preconceito proposta por este autor centra-se na ideia da generalização a todos os membros de uma categoria social de um mesmo conjunto de características ou traços, mantida contra as evidências e acompanhada de uma atitude negativa face a essa categoria social. Embora, nesta concepção, Allport (1954) dê forte ênfase na explicação do desenvolvimento do preconceito, ao invés dos aspectos cognitivos intra-individuais, sua teoria merece ser colocada no nível inter-individual, porquanto sustenta que o contato interpessoal entre membros de diferentes categorias sociais pode, dentro de determinadas condições, contribuir para uma diluição do preconceito.

Allport formula a hipótese de que o contato interpessoal pode dificultar a generalização a todos os membros de uma dada categoria minoritária do conjunto de características, normalmente negativas, que são atribuídas à essa categoria, e nesse sentido, contribuir para uma diminuição do preconceito. A definição mais precisa das condições em que se realiza o contato tem sido uma das preocupações centrais dos trabalhos sobre a hipótese do contato (Hewstone & Brown, 1986). Pettigrew (1986) acentua a importância da posição social para a redução do preconceito. Assim, para que o contato interpessoal possa ter efeitos positivos, os membros de minorias envolvidos no contato deverão ter posição igual ou superior à posição dos membros da maioria. Quando as condições referidas não se verificam, o contato poderá não ter qualquer efeito ou mesmo ter efeitos negativos. Estas últimas considerações sobre as condições de contato positivo nos levam a uma análise intergrupar. Pois deve-se ter em conta que as relações entre os indivíduos não se dão em um vácuo social, mas no contexto de normas e representações próprias de seus grupos de pertença.

3.3 Valores e Preconceito: Análise no Nível inter-grupal

No nível de análise das relações intergrupais descreveremos três formas de explicar a relação entre valores e preconceito: a teoria da Privação Intergrupar (Runciman, 1966), a do Conflito Real (Sherif & Sherif, 1969) e a da Diferenciação grupal e Identidade Social (Tajfel, 1981).

É na privação intergrupar que Runciman (1966) estabelece a distinção entre privação fraterna e egoísta, mostrando que apenas a privação relativa intergrupar ou fraterna conduz com alguma probabilidade ao protesto social. Vale a pena, portanto, analisar a hipótese segundo a qual a privação relativa da população majoritária poderá

conduzir a comportamentos de discriminação face às minorias. De fato, a privação relativa intergrupar aparece como um dos preditores do preconceito nos estudos de Vanneman e Pettigrew (1972) e de Pettigrew e Meertens (1995).

Uma outra forma de posicionar o problema da competição por recursos é oferecida pela Teoria dos Conflitos Reais (Sherif, Harvey, White, Hood & Sherif, 1961; Sherif & Sherif, 1969). A teoria afirma que para entender o comportamento intergrupar é necessário analisar as relações funcionais que se estabelecem entre os grupos, relações que podem ser de competição ou de cooperação. Neste contexto, a competição entre os grupos por recursos realmente limitados ou percebidos como tais, seria uma das causas fundamentais dos preconceitos, da discriminação e da hostilidade intergrupos.

Para verificar a validade desta hipótese, Sherif *et al.* (1961) planejaram os experimentos de campo, denominados "Estudos das Colônias de Férias", com três fases: a formação de grupo, o conflito entre os grupos e a resolução do conflito, a fim de mostrar as mudanças de comportamento resultantes de mudanças objetivas na relação entre grupos.

Na primeira fase, as crianças divididas em dois grupos desenvolveram durante vários dias diversas atividades no interesse de seu próprio grupo sem ter contato com os jovens do outro grupo. Na fase de conflito intergrupar, a segunda, caracterizada pela organização de atividades de competição entre os grupos, desenvolveu-se naturalmente um conflito intergrupar. Nesta fase, que pode ser descrita como de "interdependência negativa", pois o sucesso de um grupo leva ao insucesso do outro, o comportamento dos jovens mudou drasticamente. Eles não só adquiriram uma grande hostilidade em relação aos membros do outro grupo como desenvolveram igualmente uma forte coesão entre os membros do próprio grupo. A terceira fase, sem atividades de competição, caracterizou-se pela constituição, por meio de atividades específicas, de objetivos que só podiam ser atingidos por meio da cooperação entre os membros dos grupos. Nesta fase, de

"interdependência positiva", observou-se uma diminuição radical da hostilidade intergrupal junto com o embrião de uma concepção de grupo que reunia todos os jovens do acampamento.

Pode-se concluir que a competição da segunda fase constituiu-se em um mecanismo gerador de atitudes e comportamentos desfavoráveis face ao outro grupo, enquanto que a cooperação da terceira fase, gerada pela adesão a um objetivo comum, deu origem a percepções e a comportamentos positivos. Ou seja, a percepção de interdependência negativa gera conflito, enquanto que a percepção de interdependência positiva gera cooperação. Esta competição pode vir de causas reais ou imaginadas, sendo os interesses grupais definidos como “uma ameaça à segurança do grupo, real ou imaginada, um interesse econômico, uma vantagem política, uma posição militar, prestígio ou uma variedade de outros” (Sherif, 1967, p. 15).

Os experimentos de Sherif e colaboradores mostram claramente que a hostilidade existente entre grupos não pode ser atribuída exclusivamente a traços de personalidade como proposto por Adorno *et al.* (1950) ou por Rokeach (1960), mas às características objetivas que a relação intergrupal possui, particularmente nas condições de real conflito entre os grupos. Pode-se, pois concluir, a partir dos trabalhos de Sherif e colaboradores, que o fenômeno de discriminação, valorização do próprio grupo e desvalorização do outro, está ligado à existência de conflitos intergrupais. De fato, observando numerosos gerentes da indústria e do comércio em programas de treinamento, Blake e Mouton (1961) e Bass e Duntelman (1963) constataram que grupos de administradores colocados em competição, manifestavam também fenômenos de discriminação grupal.

Partindo do estudo do processo de categorização social, Tajfel, Flament, Billig e Bundy (1971) desenvolveram um programa de pesquisa que procurava estabelecer as condições mínimas para desenvolvimento da discriminação intergrupal. Com este objetivo,

os autores construíram o paradigma experimental "situação mínima de inter-grupo" que permite estudar o processo de categorização numa situação intergrupar praticamente neutra, sem nenhum conflito real ou antecipado. Nesta situação, os sujeitos deviam expressar sua preferência entre dois quadros de pintura abstrata dos pintores Klee e Kandinsky. De fato, alguns pares de quadros pertenciam a um dos pintores, cujos estilos por serem bastante parecidos torna impossível que não iniciados possam distingui-los. Os sujeitos nesta situação eram classificados segundo a suposta preferência por um dos pintores, constituindo-se assim, os grupos "Klee" e "Kandinsky". Após esta fase classificatória, ou de "categorização social", os sujeitos eram convidados a colaborar num segundo estudo onde deveriam distribuir pontos ou dinheiro a membros dos dois grupos anteriormente constituídos, através de matrizes de alocação de recursos. As matrizes, inspiradas na teoria dos jogos, são concebidas de maneira a exigir uma alocação conjunta de recursos, o que permite estudar, num contexto intergrupar, a estratégia de distribuição empregada por cada sujeito (Bourhis, Gagnon & Sachdev, 1994).

Tajfel *et al.* (1971) observaram que as estratégias mais utilizadas foram a do maior benefício absoluto e a do maior benefício relativo, ou seja, a maior discriminação entre os dois grupos, mesmo se isto significasse um menor ganho para o próprio grupo. Concluíram que numa "situação mínima de grupo" há duas tendências: procurar maximizar os ganhos do próprio grupo; distanciar-se o máximo possível do outro grupo, mesmo em detrimento do ganho próprio. Estes dados confirmam a existência da discriminação grupal mesmo nas situações onde só existe categorização social sem nenhuma interação, nem real nem antecipada, entre os dois grupos.

Tajfel (1972) conclui que basta inserir um indivíduo numa categoria social para que ocorra o favoritismo pelo grupo próprio (endogrupo) e a discriminação face a membros de uma outra categoria (exogrupo). Assim, a condição mínima para gerar discriminação será a

saliência de pertença a uma categoria social, ainda que irrelevante, à qual se opõe uma categoria simétrica (de status e dimensão equivalente) de não pertença (Amâncio, 1993). Segundo Vala (1999), a teoria de Tajfel associa o preconceito à competição simbólica, no quadro de um novo entendimento da funcionalidade social dos processos de categorização. Em outras palavras, o processo de discriminação insere-se no processo mais amplo de diferenciação grupal.

Para explicar este fenômeno, Tajfel (1972) desenvolve uma explicação a partir do conceito de Identidade Social, que se refere tanto à consciência que o indivíduo possui de pertencer a um determinado grupo social, como à carga afetiva e emocional que esta pertença traz para o sujeito. O pressuposto fundamental desta concepção é de que os indivíduos procuram realizar um tipo de identidade social que contribua para obter uma imagem positiva de si-mesmo (auto-estima positiva). Esta imagem é obtida procurando a diferenciação positiva em relação aos outros grupos durante o processo de comparação social. Segue-se o pressuposto de que, quanto maior for o senso de pertença a um grupo, maior será a tendência a diferenciá-lo, favoravelmente, dos outros grupos.

No contexto da investigação desenvolvida a partir da obra de Tajfel, um dos indicadores mais estudados da discriminação tem sido a atribuição de estereótipos ao próprio grupo e ao outro grupo, definindo-se o estereótipo como uma crença acerca dos traços e atributos psicológicos que caracterizam um grupo. Os resultados de múltiplas pesquisas em contextos variados têm mostrado que as pessoas atribuem mais traços positivos e menos traços negativos ao seu grupo do que a um grupo externo. Tem sido ainda mostrado que quando os grupos em presença são grupos assimétricos (dominante/ dominado; maioria /minoria; posição social elevada / baixa), o fenômeno de discriminação intergrupal ocorre com maior expressão nos grupos majoritários, dominantes ou de posição mais elevada (Monteiro, Lima & Vala, 1994).

Tem sido bastante criticado o pressuposto subjacente à teoria de que o aspecto fundamental seria a necessidade da auto-estima, um constructo motivacional (Abrams & Hogg, 1990). Na maioria das situações não se vê claramente a relação entre uma ameaça específica e a auto-estima do sujeito. Para muita gente é difícil imaginar que o destino dos amadores de Klee ou Kandinsky possa ameaçar a imagem pessoal de alguém.

Outra consideração levantada por Hogg e Abrams refere-se ao fato de que a auto-estima certamente não é a única causa da participação num grupo e, portanto, não se deve debitar o fenômeno da discriminação exclusivamente à necessidade de manter uma imagem positiva. Fora do paradigma experimental da situação mínima intergrupar, e portanto na maioria das situações da vida real, são os interesses em conflito que se encontram na base da discriminação grupal.

Reavaliando estes e outros dados, Hogg e Abrams concluem que a auto-estima não é nem o único nem o mais fundamental motivo na explicação dos comportamentos intergrupais. Entre outros motivos possíveis os autores citam a "procura de significado" que em certas situações sociais faria com que o processo de diferenciação grupal garantisse sentido à situação. Assim, a categorização seria o processo cognitivo subjacente que garantiria o sentido de certas situações sociais.

Mas certamente o significado final de uma situação não pode estar nela. Para Murphy e Medin (1985), a construção do significado de uma situação não pode ser dado pela estrutura objetiva dessa situação. A compreensão é provavelmente dada pela procura de confirmação de teorias previamente existentes. Pode-se considerar que estas teorias existem nas sociedades em forma de crenças sociais (Hewstone, 1989) e de Ideologias (Billig, 1985, 1991).

3. 4. Valores e Preconceito: Análise no Nível Societal

Para Billig (1991) a maioria das pesquisas em psicologia social sobre o preconceito limita-se ao estudo das imagens negativas que os grupos majoritários têm dos grupos minoritários e da distância social que desejam manter deles. Para entender este aspecto processual seria necessário analisar o significado ideológico e psicológico do preconceito no contexto das ideologias modernas do racismo. Billig concorda com numerosos pesquisadores (McConahay, Hardee & Batts 1981; Kinder & Sears, 1981; Pettigrew & Meertens, 1995) sobre o fato de existir uma norma geral anti-preconceito tão forte que é compartilhada mesmo pelos grupos racistas mais radicais. Mas discorda de uma interpretação puramente psicológica deste fenômeno. E os valores ocupam um espaço fundamental nos sistemas políticos (Bem, 1973; Cochrane, Billig & Hogg, 1979; Rokeach, 1979a), que devem ser entendidos como arenas onde se travam as lutas pelo poder e que são constituídos tanto pelas estruturas jurídico-políticas, que legalizam os meios de obtenção do poder, quanto pelas diversas concepções políticas que se contrapõem no interior da sociedade (Bobbio, 1993; Bottomore, 1979). Deve-se considerar, por um lado, que o exercício do poder só é possível através da prática dos valores que sustentam as estruturas jurídico-políticas dos regimes (Bobbio, 1994; Camino, Lima & Torres, 1997; Dallari, 1989; Lipset, 1967). Por outro lado, as doutrinas políticas, mesmo as apresentadas como propostas científicas, constituem-se mais em discursos sobre valores do que sobre fatos (Levi, 1993).

O papel político dos valores é tão fundamental que se pode afirmar que os sistemas políticos se desenvolvem a partir da hierarquização dos valores numa sociedade (Easton, 1965) e sua interpretação é possível através dos valores coletivos que os sustentam (Dawson, 1979; Seliktar, 1991). As tentativas teóricas de análise da política, desde

Aristóteles até os dias atuais, procuram localizar um valor ou um conjunto de valores que seja universal nas relações sociais (Heller, 1991; Parsons, Shils & Olds, 1968). Com base nessas idéias, esta pesquisa analisa a estrutura do sistema de valores de estudantes universitários da cidade de João Pessoa, assim como a relação existente entre adesão a esses sistemas e a atitude democrática dos estudantes.

O racismo contra os negros, que inicialmente se sustentava na lógica da escravidão, como único instrumento possível de viabilizar economicamente a exploração dos novos territórios conquistados, vai se inserindo, no mundo pós-moderno, no novo projeto de globalização econômica. A justificativa dos processos de desigualdade atual se estabelece a partir da crença que, certas culturas mostram possuir valores culturais mais adequados ao pós-modernismo enquanto outras culturas não possuiriam estes valores. De fato, a cor da pele seria um indicador externo desta diferenciação. Parece que as culturas constroem os valores que querem para si, bem como os valores que atribuem aos outros grupos.

Em pesquisas anteriores, Camino e Pereira (2006) constataram que a categorização racial no Brasil está relacionada com a categorização em termos de países do 1º e do 3º Mundo. No mundo pós-moderno, onde a escravidão é formalmente proibida mas a dominação econômica faz parte da lógica do capitalismo, é provável que os sentimentos abertamente depreciativos em relação aos negros, criados principalmente na época da escravidão, estejam se transformando em atitudes mais sutis que reforçam a divisão entre países desenvolvidos e não desenvolvidos (Camino, da Silva, Machado & Martinez, 2000). A cor da pele constituiria um divisor entre e dentro dos países. Esta divisão não pressupõe atribuir aos negros uma raça inferior, como era feito antes, mas uma cultura menos adaptada ao desenvolvimento moderno. Assim, os cidadãos de cor branca do 3º Mundo se identificariam mais com os valores culturais que se pressupõem serem próprios do 1º Mundo, que com os valores que se atribuem ao 3º mundo. É finalidade deste estudo partir

da teoria psicossocial sobre valores, na qual se considera que são qualidades socialmente desejáveis e identificar que sistema de valores compõe os repertórios representacionais dos grupos (Pereira, Lima & Camino, 2001).

4. ESTUDO EMPÍRICO

4.1 Objetivo Geral

O objetivo principal deste estudo é mostrar as diversas relações existentes entre valores e discriminação racial. As relações podem ser estabelecidas em duas dimensões. Por um lado os valores, enquanto construções sociais se relacionam com a discriminação na medida em que o preconceito racial vai deixando de se sustentar na crença da diferença genética de raças para se apoiar na crença na superioridade de valores da raça branca. Por outro lado, contemplando o grau de adesão aos diversos sistemas de valores poder-se-ia afirmar que graus de adesão a diversos sistemas de valores se relacionam com processos diferentes de discriminação.

4.1.1 Objetivos Específicos

- Identificar quais os sistemas de valores que são atribuídos aos negros e aos brancos por eles mesmos, e por sua vez, quais são atribuídos aos negros pelos brancos.
- Verificar qual a relação dos fatores de inserção universitária e dos níveis de identificação com o 1º e o 3º mundo e com as formas de discriminação.
- Observar a congruência entre a escolha por um sistema de valores pós-materialistas e a identificação com países de primeiro mundo.

4.2- Método

4.2.1 Participantes

A amostra foi obtida por um procedimento não-probabilístico por conveniência - intencional (Cozby, 2003). Este estudo foi realizado com 206 estudantes universitários, com idades variando de 17 a 49 anos, sendo a maioria do sexo feminino (81%), onde 52% identificaram ser de pele branca, 44,3% de pele morena e 3,5% de pele negra, estes últimos foram excluídos das análises estatísticas realizadas a seguir.

4.2.2 Instrumentos

Todos os participantes responderam a um conjunto de perguntas sobre dados demográficos (sexo, idade etc.) e completaram os questionários descritos a seguir:

a) *Questionário de Sistemas de Valores*: A fim de avaliar os sistemas de valores que os estudantes atribuem a si mesmos e aos grupos raciais, foi utilizado o Questionário de Valores Psicossociais (QVP-24) construído e validado (Pereira, Camino & Da Costa, 2004). A escala mede 7 sistemas de valores: 1. Sistema Religioso (religiosidade, temor a Deus, salvação da alma). 2. Sistema de Organização Social (ordem, autoridade e responsabilidade). 3. Sistema Econômico (lucro, riqueza e status). 4. Sistema Desenvolvimento Profissional (dedicação ao trabalho, realização profissional e competência). 5. Sistema Desenvolvimento Individual (auto-realização, conforto e alegria). 6. Sistema Justiça Social (igualdade, liberdade, fraternidade) e 7. Sistema Hedonista (vida excitante, prazer, sensualidade). Solicitou-se aos sujeitos que pontuassem por ordem de

preferência os sete valores sociais que um brasileiro comum atribuiria a pessoas de cor negra e branca. Também foi pedido que elencassem os mesmos sete valores que eles mesmos atribuiriam a estas mesmas populações, e depois escolhessem os três valores mais importantes que os participantes achavam que as populações em questão se atribuiriam (Anexo I e II).

b] *Escala de Rejeição à Intimidade*: constitui-se em uma adaptação da escala desenvolvida por Pettigrew e Meertens (1995) que avalia os aspectos mais flagrantes do preconceito, o preconceito expresso (por exemplo, *Ver um negro namorando uma branca; Participar de festas de pessoas de cor negra*). Composto por 09 itens que foram respondidos através de uma escala *likert* que variava de **1** = *Não incomoda* a **5** = *Incomoda Muito* (Anexo III).

c] *Escala de Distâncias percebidas entre os diversos grupos de cor*: Trata-se de uma medida de preconceito sutil. Numa figura de 07 círculos circunscritos, que tem no círculo mais interno a palavra EU, solicitou-se aos estudantes que situassem os grupos: *branco (br)*, *negro (ng)* e *moreno (mo)*, de forma que demonstrassem o quão próximos sentem-se destes grupos (Anexo IV).

d] *Escala de Racismo simbólico*: O instrumento reflete a percepção de que os negros estão recebendo mais do que merecem e violando valores importantes para os brancos (por exemplo, *Recebem mais do que merecem; Exigem muitos direitos*). Composta por 08 itens distribuídos para serem respondidos com o uso de uma escala *likert*, que vai de **1** = *Discordo Totalmente* a **5** = *Concordo Totalmente* (Anexo V).

e] *Escala de Inserção Universitária*: adaptada da versão utilizada por Camino e colaboradores (Camino & da Costa, 1994; Camino, Torres & da Costa, 1995; 2005; da Costa, Torres, Burity & Camino, 1994), solicita-se aos participantes que demonstrem o seu

nível de preferência, numa lista de 13 itens, referentes às atividades desenvolvidas dentro da universidade, (ensino, pesquisa, extensão, movimento estudantil, amizades), com respostas variando em escala *likert* entre **1** = *Nada* e **4** = *Muito* (Anexo VI).

f] *Escala de crença no mundo justo*: Adaptado de Rubin e Peplau (1975) o instrumento visa medir o grau de crença no mundo justo (por exemplo, *O mundo não é um lugar justo; Muitos inocentes sofrem como culpados*). Composta por 06 itens para serem respondidos com o uso de uma escala *likert*, que vai de **1** = *Discordo Totalmente* a **5** = *Concordo Totalmente* (Anexo VII).

g] *Escala de Atitudes Favoráveis ao 1^o e 3^o Mundo* (Martinez & Camino, 2000): a qual mede os graus de identificação, de admiração e de desejo de morar em cada um destes conjunto de países. Utilizaram-se estes conceitos no seu sentido atual (ver Dicionário Aurélio), onde o terceiro mundo significa países subdesenvolvidos em oposição aos países desenvolvidos ou ditos do primeiro mundo. Utilizou-se escala *likert* variando de **1** = *Nada* e **4** = *Muito* (Anexo VIII).

4.2.3 Procedimento

Os participantes responderam aos questionários individualmente, porém em ambiente coletivo de sala de aula. Uma vez obtida a autorização do professor da disciplina, os aplicadores se apresentavam solicitando a colaboração voluntária dos estudantes presentes. Foi-lhes informado que se tratava de uma pesquisa sobre *condutas e atitudes sociais*, não havendo respostas certas ou erradas. A todos foi assegurado que suas respostas seriam confidenciais, devendo ser tratadas estatística e coletivamente. Em média, 30 minutos foram suficientes para concluir sua participação.

4.2.4 Análise dos dados

A versão 16 do pacote estatístico *SPSSWIN* (*Statistical Package for the Social Sciences*) foi utilizada para tabulação e análise dos dados. Além dos indicadores descritivos (média, desvio padrão etc.), comprovou-se consistência interna das escalas utilizadas (Escala de Rejeição à Intimidade, Escala de Racismo simbólico e Escala de Inserção Universitária) através do Alfa de Cronbach. Também foram realizadas análises de variância (ANOVA) com a finalidade de verificar as diferenças existentes entre as crenças no mundo justo, a inserção universitária, identificação com o primeiro e terceiro mundo e o preconceito.

4.3 Resultados

Entre os 206 participantes, 52% se identificaram como sendo pessoas de pele branca, 44,5% como pessoas de pele morena e 3,5% como pessoas de pele negra. Estes últimos questionários foram retirados da amostra. As idades variavam de 17 a 49 anos (81% situaram-se entre 17 e 26 anos), e 81% da amostra era composta por pessoas do sexo feminino, 52,7% responderam ao questionário referente a população negra e o restante respondeu ao questionário referente a população branca. Quanto ao curso, 43,3% eram estudantes de Nutrição, 16,6% de Psicologia, 13,7% de Pedagogia, 10% de Administração, os demais cursos eram Ciências Sociais, Serviço Social, Letras, Jornalismo e História. Sendo que, 47,2% encontravam-se no 1º e 2º períodos de seus cursos no momento da pesquisa.

4.3.1 Resultados da Escala de Sistema de Valores

Quanto aos resultados da escala do sistema de valores, são apresentados aqui inicialmente as frequências da escolha do sistema de valores feitas pelos sujeitos que se identificaram como sendo de pele branca e que responderam ao questionário para a população branca. Foram encontrados os seguintes resultados apresentados na tabela a seguir:

Tabela 1: Frequência da escolha do Sistema de valores quanto a percepção dos participantes, questionário da população branca.

Sistema de Valores	Como os estudantes avaliam os valores da pop. branca		
	A partir do Brasileiro Comum	A partir próprio estudante	A própria população branca
Religiosos	11%	22%	-
Organização Social	9%	0%	-
Econômicos	54%	40%	62%
Desenvolvimento Profissional	11%	11%	28%
Desenvolvimento Individual	11%	17%	26%
Justiça Social	5%	9%	
Hedonismo	5%	2%	-

De acordo com a tabela, vemos que os estudantes apontam em primeiro lugar os valores do sistema econômico (lucro, riqueza e status) como preferencialmente escolhidos pela população branca, variando quando se trata deles mesmos (40%) quando comparados aos brasileiros comuns (54%) e a própria população (62%), neste caso, a branca. O sistema de valores escolhido em segundo lugar para a população branca foi desenvolvimento individual (auto-realização, conforto e alegria) para os estudantes (17%). A própria

população (28%) escolheu desenvolvimento profissional (dedicação ao trabalho, realização profissional e competência), já para os brasileiros comuns houve empate entre os sistemas desenvolvimento individual, desenvolvimento profissional e religioso (religiosidade, temor a Deus, salvação da alma), ambos com 11% das indicações dos participantes. O terceiro sistema de valor escolhido pela própria população (26%) foi o desenvolvimento individual, para os brasileiros comuns (9%) são apontados os valores do sistema organização social (ordem, autoridade e responsabilidade). Os resultados iniciais indicam que quando se trata de avaliar a população branca há uma tendência a escolher os valores materiais e os que estão próximos ou ligados a este, pelos três grupos (brasileiros comuns, o estudante, e a população branca).

Com relação aos questionários voltados a população negra e respondidos por estudantes de pele branca, temos os seguintes resultados descritos na tabela a seguir:

Tabela 2: Frequência da escolha do Sistema de valores quanto a percepção dos participantes, questionário da população negra.

Sistema de Valores	Como os estudantes avaliam os valores da pop. negra		
	A partir do Brasileiro comum	A partir do próprio Estudante	A própria população negra
Religiosos	12%	17%	-
Organização Social	6%	6%	-
Econômicos	19%	0%	-
Desenvolvimento Profissional	10%	19%	28%
Desenvolvimento Individual	4%	4%	28%
Justiça Social	35%	47%	63%
Hedonismo	12%	6%	-

De acordo com a tabela 2, vemos que os estudantes indicam o sistema justiça social (igualdade, liberdade e fraternidade) como sendo o primeiro que os brasileiros comuns

atribuíram a população negra (35%), os estudantes (47%) e a própria população negra (63%). Para a escolha do sistema seguinte houve diferença para cada um dos grupos: os brasileiros comuns (19%) indicaram o sistema econômico (lucro, riqueza e status) como segundo valor escolhido pelos membros da população negra, para os estudantes (19%) houve a indicação do sistema desenvolvimento profissional (dedicação ao trabalho, realização profissional e competência) em segundo lugar. Foi atribuída a própria população negra (28%) o sistema desenvolvimento individual (auto-realização, conforto e alegria) em segundo empatado com desenvolvimento profissional. Para a terceira escolha, os brasileiros comuns (12%) atribuíram o sistema religioso (religiosidade, temor a Deus, salvação da alma) para os negros, os estudantes (17%) escolheram o sistema religioso. Os resultados apontam que os negros são associados em primeiro lugar ao sistema de valores que denotam preocupações sociais.

4.3.2 Parâmetros psicométricos das Escalas de Preconceito Racial

Foram realizadas análises fatoriais, inicialmente, foram verificados os índices *Kayser-Meyer-Olkin (KMO)* e *Teste de Esfericidade de Bartlett*, para comprovar a adequabilidade dos dados à realização da análise fatorial. Para a *escala de racismo simbólico*, o *KMO* encontrado foi de 0,82, e o *Teste de Esfericidade de Bartlett*, $\chi^2 = 335,861$, $p < 0,000$. Para a *escala de rejeição à intimidade* estes índices foram *KMO* = 0,88 e o *Teste de Esfericidade de Bartlett*, $\chi^2 = 1114,052$, $p < 0,000$. Em ambos os casos, estes índices podem ser considerados satisfatórios para a realização da análise fatorial.

O uso de uma Análise dos Componentes Principais (PC) permitiu identificar, para ambas as escalas, a existência de três componentes com *eigenvalues*

(valores próprios) superiores a 1,00. No entanto, a análise do *scree plot* sugeriu a presença de apenas um grande fator, referente à *escala de racismo simbólico*.

Com relação à escala, o primeiro fator geral apresentou um valor próprio (*eigenvalue*) igual a 3,2, abarcando 41% da variância explicada, enquanto o segundo fator apresentou um valor próprio de 1,0, explicando menos da metade desta variância (12%). Do terceiro ao sexto fator, estes apresentavam menos de 10% da variância. Além disso, o primeiro fator integrava 07 dos 08 itens existentes. No que diz respeito à *escala de rejeição à intimidade*, o *scree plot* referente a esta escala também apresentou um componente, que abarcou cerca de 60% da variância, com um valor próprio igual a 5,4 e integrando todos os itens. Do segundo componente em diante, a porcentagem de variância explicada é reduzida para menos de 10%. Dessa forma, fica evidente que uma solução unifatorial deve ser assumida, tanto na *escala de racismo simbólico* como na *escala de rejeição à intimidade*.

Para as duas escalas, foi adotado o critério de carga fatorial igual ou maior a |0,50| como satisfatória para que o item fizesse parte do fator e nenhum item precisou ser retirado, como pode ser visto na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3. Análise fatorial dos componentes principais da *escala de racismo simbólico*.

Itens	Cargas Fatoriais	h^2
5.2 Recebem demasiado respeito e consideração	0,75	0,65
5.8 Devem superar o preconceito sem apoo, como outros fizeram	0,67	0,66
5.3 Exigem muitos direitos	0,67	0,45
5.1 Recebem mais do que merecem	0,65	0,48
5.7 Não necessitam de ajuda oficial para se organizarem melhor	0,63	0,64
5.5 Não são discriminadas no Brasil	0,62	0,40
5.6 Estão melhor agora do que nunca	0,57	0,37
5.4 Possuem demasiada influencia política	0,51	0,61
Número de itens	08	
<i>Eigenvalue</i>	3,24	
% de variância explicada	40,6	
Alfa de Cronbach	0,79	

Notas: * Itens ordenados de acordo com a magnitude de suas cargas fatoriais; h^2 = comunalidade.

Como pode ser visto na Tabela 1, a medida apresenta uma estrutura unifatorial, com os 08 itens atendendo ao critério previamente estabelecido do valor mínimo das cargas fatoriais e apresentado um alfa de Cronbach de 0,79. Os resultados da mesma análise realizada com a *escala de rejeição à intimidade* podem ser observados na Tabela 4.

Tabela 4. Análise fatorial dos componentes principais da *escala de rejeição à intimidade*.

Itens	Cargas Fatoriais	h^2
6.6 Ter parentes por aliança de cor negra	0,84	0,70
6.9 Ver um negro namorando uma branca	0,82	0,67
6.4 Ver um branco namorando uma negra	0,81	0,66
6.5 Adotar uma criança negra	0,80	0,64
6.7 Participar de festas de pessoas de cor negra	0,76	0,57
6.2 Ter pessoas de cor negra como seus colegas de trabalho	0,75	0,56
6.8 Ter um neto(a) mulato(a)	0,75	0,56
6.3 Ter amigos(as) que sejam negros	0,72	0,52
6.1 Ter uma pessoa competente de cor negra como seu chefe	0,71	0,51
Número de itens	09	
<i>Eigenvalue</i>	5,39	
% de variância explicada	59,9	
Alfa de Cronbach	0,91	

Notas: * Itens ordenados de acordo com a magnitude de suas cargas fatoriais; h^2 = comunalidade.

No caso desta escala, seu fator único apresentou um *eigenvalue* de 5,39, explicando aproximadamente 60% da variância total. Além disso, a escala apresentou um índice de consistência interna (Alfa de Cronbach) de 0,91.

Em resumo, depois da análise fatorial exploratória e do cálculo do Alfa de Cronbach, parece coerente assumir que os itens que compõem estas medidas, ao todo 17 itens, podem ser adequadamente empregados para avaliar o preconceito nas formas flagrante e simbólica.

4.3.3 Distância do eu em relação ao negro, inserção universitária, crença no mundo justo, identificação com o primeiro e terceiro mundo

Como proposto nos objetivos deste estudo, procurou-se conhecer como os diversos fatores psicossociais se relacionaram na explicação do preconceito. Os resultados destas análises de regressão são apresentados na tabela abaixo:

Tabela 5. Regressão múltipla *stepwise* para a pontuação total da distância do eu em relação ao negro, racismo simbólico e preconceito flagrante.

Variáveis	[1] Distância do eu em relação ao negro		[2] Racismo Simbólico		[3] Preconceito Flagrante	
	β	P.<	β	P.<	β	P.<
Sócio-Político	.03	.69	-.26	.000	-.10	.17
1º Mundo	.07	.38	.14	.05	.11	.14
3º Mundo	-.07	.35	-.14	.05	.02	.75
Mundo Justo	-.06	.47	-.03	.61	.22	.003
Crença no Mérito	-.06	.40	.03	.63	-.07	.35
Interação Acadêmica	.03	.75	-.01	.82	.06	.45
Interação Pares	-.10	.24	-.00	.94	-.05	.53
ESTATÍSTICAS						
Coef. Correl. Múltipla	R = 0,16		R = 0,24		R = 0,21	
% Variabilidade Expl.	0%		6%		4%	
Signific. da amostra	R = 0,665		F = 5,285		F = 8,037	
P.<	.701		.006		.005	

Notas: Variável dependente: *distância do eu em relação ao negro, racismo simbólico e preconceito flagrante*.

A tabela 5 mostra que não houve índices significativos com relação a escala de distância do eu em relação ao negro com as variáveis psicossociais avaliadas. Então, procurou-se conhecer o poder preditivo destas mesmas variáveis na explicação dos preconceitos avaliadas pelas escalas *de racismo simbólico e preconceito flagrante*.

Os resultados mostraram que em relação a coluna 2, do racismo simbólico, quanto maior o engajamento sócio-político menor o racismo simbólico, ou seja o argumento de que os negros estão recebendo mais do que merecem ou violando valores importantes para os brancos não é percebida por esses estudantes quanto ao nível de inserção sócio política. Com relação a identificação com o 1º mundo, os estudantes que expressaram essa posição apresentaram índices significativos relativos a um maior racismo simbólico, e quanto mais se identificavam ser do 3º mundo, menor se apresentava o racismo simbólico. Já com relação a coluna 3, do preconceito flagrante, apenas foi significativo o resultado com a variável *mundo justo*, ou seja, quanto mais o estudante considera o mundo justo, maior é o preconceito flagrante, mais expressamente demonstram o preconceito racial. A crença no mundo justo de Lerner (1975) defende que as pessoas desenvolvem a crença de que todos têm o que merecem ou merecem o que têm. Como sabemos, há condições situacionais (do ambiente) e disposicionais (da pessoa) influenciando, significativamente, o processo atributivo. De acordo com Lerner, o homem desenvolve a crença de que bons eventos acontecem a boa gente (os brancos, por exemplo) e maus eventos, a pessoas ruins (os negros).

5. DISCUSSÃO

A presente dissertação procurou conhecer a relação do sistema de valores psicossociais, a inserção universitária e a crença num mundo justo com as novas formas de preconceito.

No que concerne as novas formas de racismo, tínhamos afirmado que o pensamento moderno e liberal nega a existência de uma hierarquia racial, mas ela pressupõe a existência de diferenças em termos sócio-econômicos. A cor branca estaria associada aos valores progressistas do primeiro mundo, e os valores tradicionais e menos avançados do terceiro mundo, a cor negra. Assim, as pessoas negras seriam caracterizadas como mais ligadas a valores terceiro-mundistas. Portanto, a cor da pele estaria de alguma maneira associada seja a valores progressistas do primeiro mundo, seja a valores menos avançados. Nesta direção, Camino e colaboradores (Camino, da Silva, Machado & Pereira, 2001; Camino, da Silva & Machado, 2004) têm mostrado que estudantes paraibanos utilizaram com maior frequência, para caracterizar pessoas negras, adjetivos utilizados para classificar pessoas de países de terceiro mundo, enquanto que para caracterizar pessoas brancas empregaram com maior frequência adjetivos que classificam pessoas de países do primeiro mundo. Os estudos mostraram também que para os estudantes, os brasileiros atribuíram ainda com maior ênfase adjetivos do primeiro mundo aos brancos, os quais são considerados majoritariamente como ricos, civilizados e independentes. No que concerne aos adjetivos característicos de pessoas do terceiro mundo, o adjetivo pobre seria, para os resultados, unanimemente (78%) aplicado aos negros pela população brasileira.

Com base nestes estudos esperava-se que os estudantes atribuíssem valores hedonistas e materialistas a população negra e valores pós-materialistas a população branca.

De fato nossos resultados mostraram um quadro totalmente diferente. Os estudantes atribuem aos negros valores de justiça social, considerados como fazendo parte do sistema de valores pós-materialista e atribuem aos brancos valores materialistas. Poder-se-ia pensar que estes resultados fazem parte da formação reacional ou denegatória do preconceito brasileiro observado por Camino e colaboradores (2001, 2004, 2007) onde os diversos estudos constataram que as pessoas entrevistadas atribuíam mais adjetivos positivos a população negra e mais adjetivos negativos a população branca, mas se lhes perguntassem o que o brasileiro comum responderia, os entrevistados pensavam que os brasileiros atribuiriam mais adjetivos positivos aos brancos e mais adjetivos negativos aos negros.

Mas em nosso estudo constatamos que os estudantes pensam que tanto o brasileiro comum quanto a população branca atribuiriam valores pós-modernistas aos negros e valores materialistas aos brancos.

Pensamos que nossa hipótese possuía uma suposição inicial que agora consideramos discutível. Identificávamos o sistema de valores pós-materialista sugerido na abordagem de Pereira *et al.* (2005a; 2005b) com os valores próprios do primeiro mundo como postulado pela teoria de Inglehart (1977) e o sistema materialista com os valores próprios do terceiro mundo. Mas neste estudo não se tratava de avaliar os valores dos estudantes, mas de saber como eles percebem os valores da população branca e da população negra.

Em se tratando de como se percebem os valores de determinadas populações devemos ter em conta que tanto o senso comum como críticas efetuadas por intelectuais da

mentalidade do mundo contemporâneo (Sousa Santos, 1996) descrevem os países desenvolvidos como materialistas e os países em desenvolvimento como movidos pela justiça social. De fato nossos resultados mostram esta forma de pensar.

De uma forma diferente do que tínhamos proposto inicialmente, podemos talvez afirmar que de fato os estudantes paraibanos atribuem valores do 3º mundo a população negra e valores do 1º mundo a população branca. Mas estas formas de atribuição estariam mediadas pela lógica do politicamente correto.

De todas as maneiras o papel importante da identificação com o primeiro e com o terceiro mundo no desenvolvimento de atitudes preconceituosas aparece claramente quando observamos em nossos resultados que um maior grau de identificação com o primeiro mundo está relacionado com maiores índices de preconceito simbólico enquanto que um maior grau de identificação com o terceiro mundo estaria relacionado com menores índices de preconceito simbólico.

A dimensão política aparece também na relação significativa entre uma maior identificação e importância atribuídas as organizações sociopolíticas da sociedade civil (sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais, etc.) e os menores índices de preconceito simbólico. Para entender esta relação deve-se ter em conta que os jovens estudantes das universidades federais freqüentam mais organizações com certo caráter oposicionista e/ou progressista que organizações tradicionais e conservadoras.

Por outro lado o preconceito flagrante, que pela lógica do politicamente correto é totalmente banido, relaciona-se com maiores graus de adesão ao princípio do mundo justo que estabelece que num mundo justo as pessoas mereçam a sua sorte e portanto os menos favorecidos de alguma maneira merecem essa situação.

Embora esta pesquisa ofereça algumas contribuições para conhecer as novas formas de preconceito, além de compreender a relação entre sistema de valores psicossociais, a inserção universitária, a crença num mundo justo e as novas formas de preconceito, não se descartam possíveis limitações. Particularmente, é necessário assinalar que a amostra não pode ser considerada como representativa da população brasileira, nem mesmo da paraibana, pois foi constituída exclusivamente por estudantes universitários. Não se conhece o padrão de resposta a esses questionários, por exemplo, na população geral. Neste sentido, espera-se que novos estudos possam ser realizados, com a aplicação destes e dos demais instrumentos em diferentes tipos de amostra, de forma a aprofundar o conhecimento acerca do preconceito e suas novas formas.

Além disso, esta pesquisa apresenta um delineamento correlacional cuja coleta de dados foi realizada com base em auto-relatos. Por conseguinte, os resultados apresentados aqui são evidências acerca das atitudes e comportamentos *reportados* pelos participantes. É possível que não existam diferenças individuais reais nas atitudes e comportamentos aqui descritos. Ademais, o método correlacional não permite a constatação de relações de causa e efeito entre as variáveis, mas apenas da existência de uma relação entre elas.

Entretanto, não foi o propósito deste estudo efetuar generalizações, nem se pretende afirmar que os resultados apresentados sejam generalizáveis para além da amostra considerada. Considerando esta relação, os resultados encontrados são bastante coerentes com os presentes na literatura, sugerindo a pertinência da presente pesquisa.

As dúvidas que ainda não foram respondidas neste estudo devem servir como estímulo para a continuação de outras pesquisas no campo da preconceito racial e sua relação com os valores psicossociais. Neste sentido, sugere-se que outras pesquisas sejam

realizadas, buscando abordar o nível de percepção dos estudantes em relação aos valores dos países do primeiro e do terceiro mundo e qual seria a compreensão desta diferença.

Finalmente, gostaríamos de indicar que o preconceito não é só um objeto científico explicado em conceitos e fórmulas. A imensa diversidade cultural a respeito dele, existente na contemporaneidade, mostra que não há uma verdade a ser descoberta, mas apenas propostas a serem elaboradas acerca da melhor forma de convivência e respeito no interior desta diversidade.

6. REFERÊNCIAS

- Abrams, D. & Hogg, M. (1990). *Social identity theory: Constructive and critical advanced*. New York: Harvester-Wheatsheaf.
- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. & Sanford, R. N. (1950). *The authoritarian personality*, New York: Harper & Row.
- Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge: Addison-Wesley.
- Alvaro, J. L., & Garrido, A. (2003). Orientaciones conceptuales: entre el individuo e la sociedad. Em J. L. Alvaro (Ed.), *Fundamentos sociales del comportamiento humano* (pp. 15-43). Barcelona, España: UOC.
- Andrade, M. W. C. L. de (2001). *A dimensão valorativa do sentido da vida*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Aronson, E., Wilson, T. D., & Akert, R. M. (2002). *Psicologia Social* (3ª ed.). Rio de Janeiro: LTC.
- Bass, B. M. & Dutezman, G. (1963). Behavior in groups as a function of self, interaction, and task organization. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, nº 66.
- Beattie, J. (1980). *Introdução à antropologia social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Bem, D. J. (1973). *Convicções, atitudes e assuntos humanos*. São Paulo: EPU.
- Ben Brika, J., Lemaire, G., & Jackson, J. (1997). *Racism and xenophobia in Europe*. Bruxelas: European Commission.
- Billig M. (1985), Prejudice, categorization and particularization: from a perceptual to a Rethorical approach. *European Journal of Social Psychology*, 15, 79-103.

- Billig, M. (1987). *Arguing and thinking: a rhetorical approach to social psychology*. New York: University Press.
- Billig M. (1991). *Ideology and opinions: Studies in Rethorical Psychology*. London: Sage Publications.
- Blake, R. R.; Mouton, J. S.(1964). *The managerial grid*. Houston: Gulf Pub.
- Bobbio, N. (1993). Política. Em N. Bobbio, N. Matteucci & G. Pasquino (Orgs.), *Dicionário de política* (Vol. 2, pp. 954-962). Brasília: UNB.
- Bobbio, N. (1994). *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense.
- Bourhis, R. Y., Sachdev, I., & Gagnon, A. (1994). Intergroup research with the Tajfel matrices: Methodological notes. In M. P. Zanna & J.M. Olson (Eds.), *The Ontario Symposium: Vol. 7. The psychology of prejudice* (pp.209–232). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Bottomore, T. (1979). *Introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Brown, R. (1995). *Prejudice: its social psychology*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Camino, L. (1996) - Uma Abordagem Psicossociológica no Estudo do Comportamento Político. *Psicologia e Sociedade*. 8(1), 16-42.
- Camino, L. (2004) – A Psicologia e a luta contra o Racismo: Temos de que nos orgulhar? Em Conselho Federal de Psicologia (Org.) *Psicologia e Direitos Humanos: Subjetividade e Exclusão*. (pp. 231-242) São Paulo, Casa do Psicólogo.
- Camino, L. (2006). Discourses about races and its social consequences. Em K. Jacobsen and A. Vikan (Eds.). Proceedings from the Autumn Conferences at The Dept. of Developmental and Clinical Child & Adolescent Psychology. I. *The Brazilian Connection* (pp. 4-17). University of Trondheim: Tapir.

- Camino, L., & Da Costa, J.B. (1994). A Participação Política do Adolescente: Indicação de uma Abordagem Psicossocial a partir da Noção de Identidade. *Temas de Psicologia*, 1, 1-16.
- Camino, L. e Ismael, E. (2004). A Psicologia Social e seu papel ambíguo no estudo da violência e dos processos de exclusão social. Em L. de Souza e Z. Araújo (Org.) *Violência e Práticas de exclusão*. (pp. 43 – 56). Casa do Psicólogo.
- Camino L. e Pereira C. (2002). O papel de Psicologia na construção dos Direitos Humanos: Análise das teorias e práticas psicológicas na discriminação ao homossexualismo. *Revista Perfil*.
- Camino, L., Lima, M. E. & Torres, A. R. (1997). Ideologia e espaço político em estudantes universitários. Em L. Camino, L. Lhullier & S. Sandoval (Orgs.), *Estudos sobre comportamento político: Teoria e pesquisa* (pp. 87-105). Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- Camino, L. da Silva, P. Machado, A. & Martinez, I. (2000). Aspiraciones primero-mundistas de estudiantes brasileños y las nuevas formas de racismo. Comunicação apresentada no “1º Congresso Hispano-Portugués”, 21-23 de Setembro. Santiago de Compostela, Espanha.
- Camino, L., da Silva, P., Machado, A. e Pereira, C. (2001) - A Face Oculta do Racismo no Brasil: Uma Análise Psicossociológica. *Revista de Psicologia Política*. 1(1), 13-36.
- Camino, L.; da Silva, P. e Machado, A. (2004) As novas formas de expressão do preconceito racial no Brasil: Estudos exploratórios. Em M E. O. Lima e M. E. Pereira (orgs.) *Estereótipos, Preconceitos e Discriminação: Perspectivas teóricas e Metodológicas*. Salvador, EDUFBA. Cap. 5. Pp. 121-140.

- Camino, L.; da Silva, P.; Machado, A. e Mendoza R. (2007) El Prejuicio Racial en Brasil: Sus Formas Encubiertas de Expresión. Em Gissi J. y Sirlopú D.(Org). *Asedios a la psique latinoamericana. Aportes desde la psicología política, psicología comunitaria y psicología social*. Santiago de Chile, Editora da Universidad católica de Santiago. Pp. 183 -205.
- Camino, L., Torres, A. R. R. & Da Costa, J. (1995). Voto, identificación partidaria, identidad social e construcción de la ciudadanía. Em O. D'Admo, V. G. Beaudoux & M. Montero (Orgs.), *Psicología de la acción política* (pp. 129-142). Buenos Aires: Paidós.
- Camino, L., Torres, A. R. R. & da Costa, J. B. (2005). Identificação partidária, Identidade Social, Voto e Cidadania. Em A.R.R. Torres, M. E. O. Lima & J. B. da Costa (Orgs.). *A Psicologia Política na perspectiva psicossociológica* (pp. 255-272). Goiânia: UCG.
- Campbell, A. & Schuman, H. (1969). *Racial attitudes in fifteen american cities*. Ann Arbor, Mich: Institute for Social Research.
- Carone, I., & Bento, M. A. (2002). *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (2ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Chin, M.G. & McClintock, C.G. (1993). The effects of intergroup discrimination and social values on level of self-esteem in the minimal group paradigm. *European Journal of Social Psychology*, 23,63-75.
- Cochrane, R., Billig, M. & Hogg, M. (1979). British politics and the two-value model. Em M. Rokeach (Org.), *Understanding human values: Individual and societal* (pp. 179-191). New York: Free Press.
- Cozby, P. (2003). *Métodos de Pesquisa em Ciências do Comportamento*. São Paulo: Atlas.

- Dallari, D. A. (1989). *Elementos de teoria geral do Estado*. São Paulo: Saraiva.
- Dawson, P. A. (1979). The formation and structure of political belief systems. *Political Behaviour*, 1, 99-122.
- Deschamps, J.C. & Devos, T. (1993). Valeurs, cultures et changement. *Intercultures*, 1(1), 17-28.
- da Costa, J. B. (2000). *Visões sociais de democracia: Um estudo psicossociológico dos significados da democracia*. Tese de Doutorado não-publicada, Curso de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP.
- da Costa, J. B., Torres, A.R., Burity, M.H. & Camino, L. (1994). Universidade: Espaço Institucional para o Desenvolvimento Político. *Temas de Psicologia*, 1, 17-36.
- Doise, W. (1976). *L'articulation psychosociologique et les relations entre groupes*. Bruxelas: De Boeck.
- Doise W. (1986). *Levels of Explanation in Social Psychology*. Cambridge; Cambridge University Press.
- Dollard, J., Doob, L., Miller, N., Mowrer, O. & Sears, R. (1939). *Frustration and Aggression*. New Haven, CT, Yale University Press.
- Dose, J. J. (1997). Work values: an integrative framework and illustrative application to organizational socialization. *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 70, 219-240.
- Dovidio, J. F., & Gaertner, S. L. (1998). On the nature of contemporary prejudice: the causes, consequences, and challenges of aversive racism. Em J. L. Eberhardt & S. T. Fiske (Orgs.), *Confronting racism: the problem and the response* (pp. 3-32). Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications.

- Duckitt, J. (1992). Psychology and prejudice: a historical analysis and integrative framework. *American Psychologist*, 67 (10), 182-193.
- Ehrenfels, C. V. (1988). *Foundations of Gestalt theory*. Munique: Philosophia Verlag.
- Essed, P. (1991). *Understanding everyday racism*. Londres: Sage Publications.
- Easton, D. (1965). *A system analysis of political life*. New York: Wiley.
- Feather, N.T. (1985). Attitudes, values and attributions. Explanation of unemployment, *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 876-889.
- Garcés-Ferrer, J. (1998). *Valores humanos: principales concepciones teóricas*. Valencia, Espanha: Nau Llibres.
- Gaertner, S. L., & Dovidio, J. F. (1986). The aversive form of racism. In J. F. Dovidio, & S. L. Gaertner (Orgs.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 61-89). Orlando, Florida: Academic.
- Haddock, G., Zanna, M.P., e Esses, V.M. (1994). The (limited) role of traitladen stereotypes in predicting attitudes toward native people, in *British Journal of Social Psychology*, 36, pp.173-190.
- Heller, A. (1991). The concept of political revisited. Em D. Held (Org.), *Political theory today* (pp. 330-343). California: Stanford University.
- Hewstone, M., & Brown, R. J. (1986). Contact is not enough: an intergroup perspective on the 'contact hypothesis'. Em M. Hewstone e R. J. Brown (Orgs.), *Contact and Conflict in Intergroup Encounters*, Nova Iorque: Basil Blackwell.
- Hewstone, M. (1989). Représentations sociales et causalité. Em D. Jodelet (Org.), *Les représentations sociales* (pp. 252-274). PUF.
- Hofbauer, A. (2006). *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: UNESP.

- Hofstede, G. (1984). *Culture's consequences: International differences in work-related values*. Beverly Hills, CA: Sage Publications.
- Hofstede, G. (1991). *Cultures and organizations: Software of the mind*. London: McGraw-Hill.
- Inglehart, R. (1977). *The silent revolution: Changing values and political styles among western publics*. Princeton: Princeton University Press.
- Inglehart, R. (1991). *El cambio cultural en las sociedades industriales avanzadas*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas Siglo XXI.
- Inglehart, R. (1994). Modernización y post-modernización: La cambiante relación entre el desarrollo econômico, cambio cultural y político. Em J. D. Nicolás & R. Inglehart (Orgs.), *Tendencias mundiales de cambio en los valores sociales y políticos* (pp. 157-170). Madrid: Fundesco.
- Jesus, G. R. (2001). *Personalidade e gênero: sua relação com os valores humanos básicos*. Monografia. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Jones, J. M. (1972). *Prejudice and Racism*. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley.
- Katz, I., & Hass, R. G. (1988). Racial ambivalence and American value conflict: correlational and priming studies of dual cognitive structures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55, 893-905.
- Kinder, D. R. & Sears, D. O. (1981). Prejudice and politics: Symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40, 414-431.
- Kluckhohn, C. (1951). Values and value orientations in the theory of action. Em T. Parsons & E. Shils (Orgs.), *Toward a general theory of action* (pp. 388-433). Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

- Lerner, M. J. (1975). The justice motive in social behavior: introduction. *Journal of Social Issues*, 31(3), 1-19.
- Levi, L. (1993). Regime político. Em N. Bobbio, N. Matteucci & G. Pasquino (Orgs.), *Dicionário de política* (Vol. 2, pp. 1081-1084). Brasília: UNB.
- Lima, M. E. O. (1997). *Valores, participação política, atitudes face à democracia e ao autoritarismo: uma análise da socialização política dos universitários da Paraíba*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Lima, M. E. & Camino, L. (1995). A Política na vida de estudantes universitários: Uma análise em termos de espaço político e de valores. Em M. J. L. Silva (Org.), *Iniciados* (pp. 11-35). João Pessoa: Editora Universitária.
- Lima, M. E. O. & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 401-411.
- Lipset, S. M. (1967). *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lorenzi-Cioldi F. e Doise W. (1990) Levels of Analysis and Social Identity. Em D. Abrams e M. A. Hogg (Org.). *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances*. London; Harvester Wheatsheaf.
- Martinez, I. & Camino, L. (2000). *Brasil es racista, Brasil no es racista: el discurso social como determinante de las diferencias percibidas entre blanco negros y morenos*. Anais do VII Congresso de Psicologia Social da Espanha. Oviedo, ES.
- McConahay, (1983). Modern racism and modern discrimination. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 9, 551-558.
- McConahay, J. B., & Hough, J. C. Jr. (1976). Symbolic racism. *Journal of Social Issues*, 32, 23-45.

- Maia, L. M. (2000). *Prioridades valorativas e desenvolvimento moral: considerações acerca de uma teoria dos valores humanos*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Maio, G. R., & Olson, J. M. (1998). Values as truisms: Evidence and implications. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 294 - 311.
- Maslow, A. H. (1954 / 1970). *Motivation and personality*. New York: Harper and Row.
- McConahay, J. B. (1983). Modern racism and modern discrimination. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 9, 551-558.
- McConahay, J. B. (1986). Modern Racism, ambivalence, and the modern racism scale. Em J.F. Dovidio & S.L. Gaertner (Org.) *Prejudice, Discrimination, and Racism*, New York, Academic Press.
- McConahay, J. B., Hardee, B. B. & Batts, V. (1981). Has racism declined in America? It depends on who is asking and what is asked. *Journal of Conflict Resolution*, 25, 563-579.
- Molpeceres, M. A. (1994). *El sistema de valores: su configuración cultural y su socialización familiar en la adolescencia*. Tese de doutorado não-publicada. Faculdade de Psicologia, Universidade de Valência, Espanha.
- Monteiro, M. B., Lima, L., Vala, J. (1994). “Relações entre grupos e gestão de conflitos - A retórica da discriminação”, in *Psicologia Social e das Organizações – Estudos em empresas portuguesas*, Oeiras: Celta.
- Moscovici, S.(1961). *La Psychanalyse, son image, son public*. Paris: PUF.
- Murphy, G. L. & Medin, D. L. (1985). The role of theories in conceptual coherence. *Psychological Review*, 92(3), 289-316.

- Oishi, S., Schimmack, U., Diener, E. & Suh, E. M. (1998). The measurement of values and individualism-collectivism. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 24, 1177-1189.
- Ortega y Gasset, J. (1987). *A rebelião das massas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Parsons, T. (1976). O conceito de sistema social. Em F. H. Cardoso & O. Ianni (Orgs.), *Homem e Sociedade* (pp. 47-62). São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Parsons, T., Shils, E. A. & Olds, J. (1968). Los valores, los motivos y los sistemas de acción. Em T. Parsons & E. A. Shils (Orgs.), *Hacia una Teoría General de la Acción* (pp. 67-311). Buenos Aires: Editorial Kapelusz.
- Pedersen, A., & Walker, I. A. (1997). Prejudice against Australian aborigines: old-fashioned and modern forms. *European Journal of Social Psychology*, 27, 561-587.
- Pereira, J. B. B., (1996). O retorno do racismo. Em L. M. Schwarcz & R. da S. Queiroz (Org.), *Raça e diversidade* (pp. 17-28). São Paulo: EDUSP.
- Pereira, C. R. (2000). *Princípios organizadores do envolvimento nos direitos humanos: uma análise dos sistemas de valores de universitários paraibanos*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Pereira, C., & Camino, L. (1999). Proposta de um modelo psicossociológico para o estudo das atitudes políticas de estudantes universitários: Uma análise em termos de valores materialistas e pós-materialistas. In M. F. V. Souza (Ed.), *Iniciados* (pp. 427-440). João Pessoa, PB: Editora Universitária.
- Pereira, C., Camino, L., & Da Costa, J. B. (2004). Análise fatorial confirmatória do Questionário de Valores Psicossociais — QVP24. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9(3).
- Pereira, C., Camino, L. e da Costa J. B. (2005a) Um Estudo sobre a Integração dos Níveis

- de Análise dos Sistemas de Valores. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18, (1), 16-25.
- Pereira, C., Camino, L. e da Costa J. B. (2005b) Análise Fatorial Confirmatória do Questionário de Valores Psicossociais – QVP24. *Estudos de Psicologia*. 9 (3), 505-512.
- Pereira, C.; Camino, L.; Da Costa, J.; Lima, M.; Lhullier, L. e Sandoval S. (2001) - Sistemas de Valores e Atitudes Democráticas de Estudantes Universitários da Região Sul. *Estudos*, 28 (4), 639-672.
- Pereira, C. R., Lima, M. E. & Camino, L (1997). A prática política: Uma análise psicossociológica em termos de valores e inserção social. Em M. J. L. Silva (Org.), *Iniciados* (pp. 199-235). João Pessoa: Editora Universitária.
- Pereira, C., Lima, M. & Camino, L. (2001). Sistemas de valores e atitudes democráticas de estudantes universitários de João Pessoa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14, 177-190.
- Perez, J. A. (1996). Nuevas formas de racismo. Em J.F. Morales & S Yubero (Org.) *Del prejuicio al racismo: perspectivas psicossociales*, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha.
- Pettersson, T. (1994). Individualización, secularización y cambio de valor moral en la Escandinavia contemporánea. Em J. D. Nicolás, & R. Inglehart (Orgs.), *Tendencias mundiales de cambio en los valores sociales y políticos* (pp. 483-498). Madrid: Fundesco.
- Pettigrew, T. F. (1985). New patterns of racism: the different worlds of 1984 and 1964. *Rutgers Law Review*, 1, 673-706.

- Pettigrew, T.F. (1986). The intergroup contact hypothesis reconsidered. Em M. Hewstone e R. Brown (Orgs.), *Contact and Conflict in Intergroup Encounters* (pp. 169-195). Oxford: Basil Blackwell.
- Pettigrew, T. F. & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 203-226.
- Polin, R. (1952). *La création des valeurs*. Paris: Presses universitaires de France.
- Platow, M. J., McClintock, D. G. & Liebrand, W. B. (1990). Predicting intergroup fairness and ingroup bias in the minimal group paradigm: An evaluation of three alternative paradigms. *European Journal of Social Psychology*, 20, 221-239.
- Rickert, H. (1945). *Ciencia cultural y ciencia natural*. Buenos Aires: Espasa-Calpe.
- Rokeach, M. (1960). *The open and close mind*, New York, Basic Books.
- Rokeach, M. (1968). *Beliefs, attitudes and values: A theory of organization and change*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Rokeach, M. (1973). *The nature of human values*. New York: Free Press.
- Rokeach, M. (1979). The two-value model of political ideology and British politics. Em M. Rokeach (Org.), *Understanding human values: Individual and societal* (pp. 192-196). New York: Free Press.
- Rokeach, M. (1981). *Crenças, atitudes e valores: Uma teoria de organização e mudança*. Rio de Janeiro: Interciência.
- Rokeach, M., Smith, P. W., & Evans, R. I. (1960). Two kinds of prejudice or one?. Em M. Rokeach (ed.), *The Open and Closed Mind*, Nova Iorque, Basic Books.
- Ros, M. (2001). Psicología social de los valores: una perspectiva histórica. Em M. Ros & V. V. Gouveia (Orgs.), *Psicología social de los valores humanos: desarrollos teóricos, metodológicos y aplicados* (pp. 27-49). Madrid: Biblioteca Nueva.

- Ros, M. (2006). Psicologia social dos valores: uma perspectiva histórica, Em M. Ros & V. V. Gouveia (Org.), *Psicologia social dos valores humanos: desenvolvimento teóricos, metodológicos e aplicados* (pp. 23-53). São Paulo: Editora Senac São Paulo.
- Rublin, N. Z., & Peplau, L. A. (1975). Who believes in a just world? *Journal of Social Issues*, 31(3), 65-87.
- Runciman, W. G. (1966). *Relative Deprivation and Social Justice*, Londres: Routledge et Kegan Paul.
- Sagiv, L., & Schwartz, S. H. (1995). Value priorities and readiness for out-group social contact. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 437-448.
- Sagiv, L. & Schwartz, S.H. (1998). Determinants of readiness for out-group social contact: dominance relations and minority group motivations. *International Journal of Psychology*, 33, 313-324.
- Sandoval, S. (1994). Os determinantes psico-sociológicos da participação em movimentos sociais. Em R. H. Campos. e E. M. Bonfim. (Orgs.) *Anais do V Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico*, Tomo 1, ANPEPP, Caxambú, MG.
- Sandoval, S. (1996). O comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: A re-aproximação da Sociologia e da Psicologia Social. Em L. Lhullier, L. Camino, e S. Salvador (Org.). *Estudos do Comportamento Político: Abordagem Multidisciplinar*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- Sherif, M. & Sherif, C. (1969). Ingroup and intergroup relations. Em M. Sherif & C.W. Sherif (Orgs.), *Social psychology* (pp. 221-266). New York: Harper & Row.
- Scheler, M. (1980). *Problems of a sociology of knowledge*. Londres: Routledge & Kegan Paul.

- Schwartz, S. H. (1990). Individualism-collectivism: critique and proposed refinements. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 21, 139-157.
- Schwartz, S. H. (1992). Universals in the content and structure of values: theoretical advanced and empirical testes in 20 countries. Em M. Zanna (Org.), *Advanced in experimental social psychology* (Vol. 25, pp. 1 - 65). Orlando: Academic Press.
- Schwartz, S. H. (2001). ¿Existen aspectos universales en la estructura de los valores? Em M. Ros & V. V. Gouveia (Orgs.), *Psicología social de los valores humanos: desarrollos teóricos, metodológicos y aplicados* (pp. 53-76). Madri: Biblioteca Nueva.
- Schwartz, S. H. & Bilsky, W. (1987). Toward a universal psychological structure of human values. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 550-562.
- Schwartz, S. H. & Bilsky, W. (1990). Toward a theory of the universal content and structure of values: extensions and cross-cultural replications. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 878-891.
- Schwartz, S.H., Struch, N. & Bilsky, W (1990). Values and intergroup social motives: A study of Israel and German students. *Social Psychology Quarterly*, 53(3), 185-198.
- Seligman, C., & Katz, A. (1996). The dynamics of value systems. Em C. Seligman, J. M. Olson, & M. P. Zanna (Org.), *The psychology of values: The Ontario Symposium* (Vol. 8, pp. 53-75). Mahwah, NJ: LEA Publishers.
- Seliktar, O. (1991). Identifying a society's belief system. Em M. G. Hermann (Org.), *Political psychology contemporary problems and issues* (pp. 320-354). San Francisco: Jossey-Bass.
- Sherif, M. (1966). *In common predicament: Social psychology of intergroup conflict and cooperation*. Boston: Houghton Mifflin.
- Sherif, M. (1967). *Group Conflict and Cooperation: Their Social Psychology*, Londres,

Routledge and Kegan Paul.

- Sherif, M., Harvey, O. J., White, B. J., Hood, W. R. & Sherif, C. W. (1961). *Intergroup conflict and cooperation: The robbers cave experiment*. Disponível em: <<http://psychclassics.yorku.ca/Sherif>>. (Acessado em 13/06/2008).
- SOUSA SANTOS, B. (1996). *Pela mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade*. (5ª Ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Smith, P. B. & Schwartz, S. H. (1997). Values. Em J. W. Berry, M. H. Segall & Ç. Kagitçibasi (Eds.), *Handbook of cross-cultural psychology*, vol. 3 (pp. 77-118). Boston: Allyn and Bacon.
- Staub, E. (1989). Individual and societal (group) values in a motivational perspective and their role in benevolence and harmdoing. Em N. Eisenberg, J. Reykowski and E. Staub (Org.). *Social and moral values. Individual and societal perspectives*. Hillsdale: Erlbaum.
- Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale. Em S. Moscovici (Org.), *Introduction à la psychologie sociale* (Vol. 1, pp. 272-302). Paris: Larousse.
- Tajfel, H. (1981). *Human Groups and Social Categories: Studies in Social Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tajfel, H., Flament, C., Billig, M. & Bundy, R. (1971). Social categorization and intergroup behavior. *European Journal of Social Psychology*, 1, 149-178.
- Tamayo, A. & Schwartz, S.H. (1993). Estrutura motivacional dos valores humanos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 9, 329-348.
- Torres, A. R. (1992). *Uma análise psicossocial da identificação partidária dos estudantes da UFPb nas eleições de 1988, 1989 e 1990*. Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

- Torres, A. R. R., Pereira, C., Guimarães, J., Albernaz, M., Vieira, S., & Barros, T. (2001). Valores e Psicologia Social: Modelos de análise. *Estudos*, 28, 539–559.
- Turra, C., & Venturi, G. (1995). *Racismo cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática.
- Vala, J. (1994). La emergencia de los valores post-materialistas en Portugal. Em J. D. Nicolás, & R. Inglehart (Org.), *Tendencias mundiales de cambio en los valores sociales y políticos* (pp. 157-170). Madrid: Fundesco.
- Vala, J. (1999). *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oeiras, Celta Editora.
- Vanneman, R. D., & Pettigrew, T. F. (1972). Race and relative deprivation in the urban United States. *Race*, 13, 461-486.
- Wetherell, M. (1996). *Identities Groups and Social Issues*. California: Sage Publications.
- Williams, R. M. (1979). Change and stability in values and value systems: A sociological perspective. Em M. Rokeach (Org.), *Understanding human values: Individual and societal* (pp. 15-46). New York: Free Press.

ANEXO I – QUESTIONÁRIO DE SISTEMA DE VALORES (POP. NEGRA)

Grupo de Pesquisa em Comportamento Político – GPCP UFPB

As relações raciais no Brasil constituem hoje um problema bastante atual. Acreditamos que a Universidade constitui um espaço importante para debatê-lo. Com este questionário gostaríamos de conhecer sua opinião sobre o tema. Leia atentamente e responda a todas as perguntas. Obrigado!

Idade:	
Curso:	
Período:	
Sexo:	() Feminino () Masculino

Com qual tipo de população você se identifica?

- () População de cor de pele Branca
- () População de cor de pele Morena
- () População de cor de pele Negra

1. Logo abaixo, você encontrará uma lista contendo um conjunto de valores sociais. Na Coluna de **ORDEM** você atribuirá posições que vão do 1º ao 7º colocados considerando o que **OS BRASILEIROS COMUNS** pensam a respeito dos valores **DA POPULAÇÃO NEGRA**.

Ordem	Valores
	Valores Religiosos (religiosidade, temor a Deus, salvação da alma)
	Valores da Organização Social (ordem, autoridade e responsabilidade)
	Valores Econômicos (lucro, riqueza e status)
	Valores do Desenvolvimento Profissional (dedicação ao trabalho, realização profissional e competência)
	Valores do Desenvolvimento Individual (auto-realização, conforto e alegria)
	Valores de Justiça Social (igualdade, liberdade, fraternidade)
	Valores Hedônicos (vida excitante, prazer, sensualidade)

2. Logo abaixo, você encontrará uma lista contendo um conjunto de valores sociais. Na Coluna de **ORDEM** você atribuirá posições que vão do 1º ao 7º colocados considerando o que **VOCÊ** pensam a respeito dos valores **DA POPULAÇÃO NEGRA**.

Ordem	Valores
	Valores Religiosos (religiosidade, temor a Deus, salvação da alma)
	Valores da Organização Social (ordem, autoridade e responsabilidade)
	Valores Econômicos (lucro, riqueza e status)
	Valores do Desenvolvimento Profissional (dedicação ao trabalho, realização profissional e competência)
	Valores do Desenvolvimento Individual (auto-realização, conforto e alegria)
	Valores de Justiça Social (igualdade, liberdade, fraternidade)
	Valores Hedônicos (vida excitante, prazer, sensualidade)

ANEXO II – QUESTIONÁRIO DE SISTEMA DE VALORES (POP. BRANCA)

Grupo de Pesquisa em Comportamento Político – GPCP UFPB

As relações raciais no Brasil constituem hoje um problema bastante atual. Acreditamos que a Universidade constitui um espaço importante para debatê-lo. Com este questionário gostaríamos de conhecer sua opinião sobre o tema. Leia atentamente e responda a todas as perguntas. Obrigado!

Idade:	
Curso:	
Período:	
Sexo:	() Feminino () Masculino

Com qual tipo de população você se identifica?

- () População de cor de pele Branca
- () População de cor de pele Morena
- () População de cor de pele Negra

1. Logo abaixo, você encontrará uma lista contendo um conjunto de valores sociais. Na Coluna de **ORDEM** você atribuirá posições que vão do 1º ao 7º colocados considerando o que **OS BRASILEIROS COMUNS** pensam a respeito dos valores **DA POPULAÇÃO BRANCA**.

Ordem	Valores
	Valores Religiosos (religiosidade, temor a Deus, salvação da alma)
	Valores da Organização Social (ordem, autoridade e responsabilidade)
	Valores Econômicos (lucro, riqueza e status)
	Valores do Desenvolvimento Profissional (dedicação ao trabalho, realização profissional e competência)
	Valores do Desenvolvimento Individual (auto-realização, conforto e alegria)
	Valores de Justiça Social (igualdade, liberdade, fraternidade)
	Valores Hedônicos (vida excitante, prazer, sensualidade)

2. Logo abaixo, você encontrará uma lista contendo um conjunto de valores sociais. Na Coluna de **ORDEM** você atribuirá posições que vão do 1º ao 7º colocados considerando o que **VOCÊ** pensam a respeito dos valores **DA POPULAÇÃO BRANCA**.

Ordem	Valores
	Valores Religiosos (religiosidade, temor a Deus, salvação da alma)

	Valores da Organização Social (ordem, autoridade e responsabilidade)
	Valores Econômicos (lucro, riqueza e status)
	Valores do Desenvolvimento Profissional (dedicação ao trabalho, realização profissional e competência)
	Valores do Desenvolvimento Individual (auto-realização, conforto e alegria)
	Valores de Justiça Social (igualdade, liberdade, fraternidade)
	Valores Hedônicos (vida excitante, prazer, sensualidade)

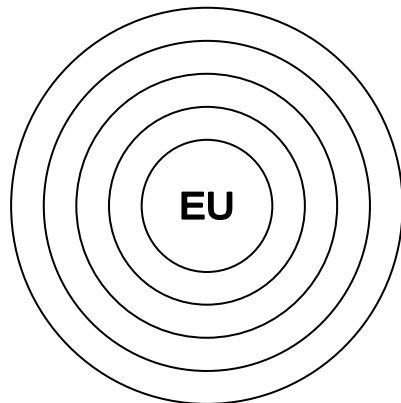
ANEXO III – ESCALA DE REJEIÇÃO À INTIMIDADE

Responda o quanto você acha que o **BRASILEIRO COMUM** se sentiria **incomodado** nas seguintes situações:

	Não incomoda	Incomoda pouco	Incomoda Moderadamente	Incomoda	Incomoda muito
– Ter uma pessoa competente de cor negra como seu chefe	1	2	3	4	5
– Ter pessoas de cor negra como seus colegas de trabalho	1	2	3	4	5
– Ter amigos(as) que sejam negros	1	2	3	4	5
– Ver um branco namorando uma negra	1	2	3	4	5
– Adotar uma criança negra	1	2	3	4	5
– Ter parentes por aliança de cor negra	1	2	3	4	5
– Participar de festas de pessoas de cor negra	1	2	3	4	5
– Ter um neto(a) mulato(a)	1	2	3	4	5
– Ver um negro namorando uma branca	1	2	3	4	5

ANEXO IV – ESCALA DE DISTÂNCIAS PERCEBIDAS ENTRE OS DIVERSOS GRUPOS DE COR

Escreva nos círculos abaixo as siglas de cada um dos grupos raciais: *negro (Ng)*, *branco (Br)* e *moreno (Mo)*; indicando quão próximos ou distantes, você os **percebe** de si mesmo (EU).



ANEXO V – ESCALA DE RACISMO SIMBÓLICO

Indique o quanto **VOCÊ pensa** em relação as *políticas sociais brasileiras* sobre as *minorias raciais* (negros, índios, etc.):

	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
– Recebem mais do que merecem	1	2	3	4	5
– Recebem demasiado respeito e consideração	1	2	3	4	5
– Exigem muitos direitos	1	2	3	4	5
– Possuem demasiada influência política	1	2	3	4	5
– Não são discriminadas no Brasil	1	2	3	4	5
– Estão melhor agora do que nunca	1	2	3	4	5
– Não necessitam de ajuda oficial para se organizarem melhor	1	2	3	4	5
– Devem superar o preconceito sem apoio, como outros grupos o fizeram	1	2	3	4	5

ANEXO VI – ESCALAS DE INSERÇÃO UNIVERSITÁRIA

1. Na universidade, o estudante normalmente desenvolve relações, seja com colegas, com professores e/ou com organizações. Indique com um X em que medida cada um dos aspectos da vida universitária relacionados abaixo **são importantes PARA SUA formação** como estudante e cidadão.

	Nada	Pouco	Médio	Muito
Amizades com colegas	1	2	3	4
Estudo de disciplinas	1	2	3	4
Contato pessoal com professores	1	2	3	4
Professores na sala de aula	1	2	3	4
Participação em atividades artístico-culturais	1	2	3	4
Conversas informais na universidade	1	2	3	4
Participação em colegiados da universidade	1	2	3	4
Atividades de extensão universitária	1	2	3	4
Participação no movimento estudantil	1	2	3	4
Atividades de estágio	1	2	3	4
Atividades de pesquisa	1	2	3	4
Participação na política universitária	1	2	3	4
Debates organizados pela sua universidade	1	2	3	4

ANEXO VII – ESCALA DE CRENÇA NO MUNDO JUSTO

Indique por favor o **seu grau de concordância** com cada afirmação abaixo, marcando com um “X” a alternativa que mais se aproxima de sua opinião.

	Discordo Totalmente	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo Totalmente
O mundo não é um lugar justo	1	2	3	4	5
Os alunos sempre merecem as notas que recebem	1	2	3	4	5
Nos tribunais muitos culpados saem impunes	1	2	3	4	5
As pessoas merecem o que lhes acontece	1	2	3	4	5
Muitos inocentes sofrem como culpados	1	2	3	4	5
Quem realiza bem suas tarefas atinge o sucesso	1	2	3	4	5

ANEXO VIII – ESCALA DE ATITUDES FAVORÁVEIS AO 1º E 3º MUNDO

1. Indique o quanto **VOCÊ se identifica** frente aos países de *primeiro* e *terceiro* mundo:

	Nada	Pouco	Moderado	Muito
– Grau de identificação com países do primeiro mundo	1	2	3	4
– Grau de identificação com países do terceiro mundo	1	2	3	4
– Grau de admiração com países do primeiro mundo	1	2	3	4
– Grau de admiração com países do terceiro mundo	1	2	3	4
– Grau de desejo de morar em países do primeiro mundo	1	2	3	4
– Grau de desejo de morar em países do terceiro mundo	1	2	3	4